

## AGROPECUÁRIA

O Estado de Mato Grosso, situado na região Centro-Oeste, possui a maior parte de suas terras dentro dos limites da Amazônia legal. Embora já ocupado desde o século XVIII com uma economia baseada em agricultura de subsistência e pecuária extensiva resultante do ciclo da mineração, o Estado foi incorporado definitivamente ao espaço produtivo brasileiro somente na década de 70.

A partir deste período, graças a uma política de incentivos fiscais e forte ação estatal, houve a implantação de grandes projetos agropecuários, atraindo importantes empresas agroindustriais, tanto de capitais nacionais quanto estrangeiros. Com isso ocorreram significativas transformações, em curso até os dias de hoje, na base produtiva desse Estado, com a agropecuária tradicional cedendo espaço a uma agricultura modernizada e a uma pecuária que tende a se especializar.

O apoio público foi fator fundamental na ocupação e na transformação da base produtiva. Projetos de colonização, a política de preços únicos de combustíveis para todo território nacional e de preço subsidiado do óleo diesel que reduziu o custo da mecanização rural, a pesquisa agropecuária para a utilização das terras de cerrado e a política de crédito rural e preços mínimos viabilizaram a resposta exportadora nos anos 80, consolidando o complexo grãos carnes, baseado na soja e na pecuária bovina.

**Tabela 113**

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, por Grupos de Área Total  
Estado de Mato Grosso  
1995

Grupos de Área Total	Proporção do Número de Estabelecimentos	Proporção da Área dos Estabelecimentos
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Menos de 10 ha	12,4	0,1
10 a menos de 100 ha	47,1	3,2
100 a menos de 1000 ha	30,3	14,5
1000 a menos de 10 000 ha	9,2	40,8
10 000 e mais ha	1,0	41,4

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

De acordo com os dados do Censo Agropecuário 1995/96, a estrutura fundiária, embora menos concentrada que nas épocas de expansão da fronteira, mantém-se ainda muito concentrada.

Os estabelecimentos geridos por administradores ocupam 2.520 ha em média, correspondendo a investimentos de grandes grupos empresariais. Quanto aos arrendatários, seus estabelecimentos tem aumentado sua área média. O número de estabelecimentos ocupados reduziu-se devido à consolidação da posse de terras no Estado. Dos responsáveis pela exploração agropecuária, 73,3% são proprietários.

**Tabela 114**

Proporção do Número e da Área dos Estabelecimentos, segundo a Condição do Responsável  
Estado de Mato Grosso  
1995

Condição do Responsável	Proporção do Número de Estabelecimentos	Proporção da Área dos Estabelecimentos
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>
Proprietário	73,3	42,3
Arrendatário	3,0	1,2
Ocupante	9,8	1,3
Administrador	13,9	55,2

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

O vigoroso processo de ocupação, associado à fronteira agrícola, redundou num pequeno aumento do número de estabelecimentos, mas promoveu um grande incremento de área total, passou de 37,8 milhões de ha para 49,8 milhões de ha no período 1985-96. Ainda assim, a área total dos estabelecimentos representa somente 55% da área total do Estado em 1995.

Entre todos os usos da terra, o mais forte incremento se deu nas pastagens plantadas, indicando uma expressiva pecuarização. As terras produtivas que não eram utilizadas reduziram-se.

**Tabela 115**

Utilização das Terras  
Estado de Mato Grosso  
1995

Categorias	Área (ha)
Área em Estabelecimentos	49.839.631
Área Aberta	20.214.382
em Lavouras	2.943.709
em Pastagens Plantadas	15.262.456
em Matas Plantadas	67.751
em Descanso	494.418
Produtiva, mas Não Usada	1.446.048
Área em Pastagens Naturais	6.189.563
Área em Matas Naturais	21.474.009
Área em Terras Inaproveitáveis	1.961.677

Fonte: Censo Agropecuário 1995/96.

As principais lavouras de Mato Grosso, de acordo com o Censo Agropecuário 1995/96, eram arroz, algodão, cana-de-açúcar, feijão, milho, soja

e banana, que juntas somaram 97,4% das áreas de lavoura. Dessas, a soja isoladamente ocupava 61,3% da área total de lavouras. O arroz, tradicional lavoura do Estado, encontra-se em franca redução de área pela falta de capacidade do arroz de sequeiro para competir com o arroz irrigado do Rio Grande do Sul e, mais recentemente, com o arroz importado.

Apesar da grande área ocupada por empresas agropecuárias e de alguns indicadores de modernização terem melhorado, Mato Grosso ainda apresenta um padrão tecnológico baixo. Em 1995, apenas 15.759 estabelecimentos (20% do total) tinham tratores e apenas 15,3% usavam fertilizantes.

**Tabela 116**  
Produção, Área Colhida e Rendimento das Principais Lavouras  
Estado de Mato Grosso  
1995

Lavouras	Produção (t)	Área colhida (ha)	Rendimento(kg/ha)
Algodão	46.525	34.106	1.364
Arroz	588.518	341.562	1.723
Cana-de-açúcar	8.289.954	130.446	63.551
Feijão (1ª safra)	9.252	15.040	615
Milho	1.209.486	471.227	2.567
Soja	4.435.965	1.739.291	2.550
Café	9.253	16.244	570

Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995-1996.

## **Evolução das Ocupações Agrícolas e Não-Agrícolas no Estado de Mato Grosso**

### ***Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD***

O Estado de Mato Grosso não possui região metropolitana e, por isso, os dados da PNAD serão apresentados apenas para o total do Estado. Uma primeira observação é que no período 1992-98 houve crescimento da população ocupada residente tanto nas áreas urbanas (2,2% ao ano) quanto nas rurais (5,1% ao ano), o que resultou num aumento de 2,3% ao ano para o total do Estado.

A atividade não-agrícola apresentou comportamento bem mais favorável do que a atividade agrícola para a população mato-grossense, tanto a urbana quanto a rural. Observa-se que a PEA rural não-agrícola apresentou crescimento significativo no período 1992-98, a taxas de 10,7% ao ano. Em 1992, eram 48 mil pessoas com domicílio rural ocupadas fora da agricultura, e em 1998, eram 90 mil. Esse aumento, aliado ao desempenho relativamente

favorável do emprego agrícola (queda de 0,3% ao ano, não significativa estatisticamente), fez com que a PEA rural total crescesse 5,1% ao ano no período considerado.

Um fato interessante sobre as pessoas ocupadas na agricultura é que elas eram 267 mil em 1992 (urbana mais rural) e, apesar da grande expansão da área cultivada nos anos 90 em Mato Grosso, totalizavam 268 mil pessoas em 1998. Ou seja, dado o perfil da agropecuária mato-grossense, com uma pecuária extensiva, por um lado, e com uma moderna produção de grãos, altamente mecanizada, por outro, os reflexos no crescimento do emprego agrícola foram muito pequenos.

**Tabela 117**

População Ocupada(1), segundo Área, Situação do Domicílio e Ramo de Atividade  
Estado de Mato Grosso  
1992-98

Em mil pessoas

Área, Situação do Domicílio e Situação do Domicílio	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 (% a.a.)
<b>Total</b>	<b>907</b>	<b>938</b>	<b>954</b>	<b>954</b>	<b>1.013</b>	<b>1.060</b>	<b>2,3 ***</b>
Urbano	670	677	687	696	744	771	2,2 ***
Agrícola	77	80	80	72	84	70	-1,0
Não-agrícola	593	597	607	623	660	702	2,6 ***
Rural	237	261	267	259	268	289	5,1 **
Agrícola	190	208	204	198	186	198	-0,3
Não-agrícola	48	53	62	60	83	90	10,7 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Nota: \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de Regressão log-linear contra o tempo.

É interessante observar que a PEA agrícola sofreu pequenas reduções nas áreas urbanas (1,0% ao ano) e nas rurais (0,3% ao ano) no período 1992-98, principalmente porque nos anos 90 houve grande expansão da área cultivada no Estado, principalmente com grãos e oleaginosas (algodão, arroz e soja). Ou seja, o aumento da área cultivada se fez com pequena expansão do emprego agrícola, provavelmente pelos elevados índices de mecanização das novas atividades, como já salientado.

Do total da população rural ocupada no Estado em 1998 (289 mil pessoas), a maior parte estava empregada na agropecuária (198 mil pessoas). No entanto, cerca de um terço do total (90 mil pessoas) já tinha como fonte de emprego as ocupações não-agrícolas, o que significa que de cada três pessoas

ocupadas com residência rural, duas estavam na agropecuária e uma estava em algum ramo de atividade não-agrícola. A realidade do meio rural mato-grossense permite o crescimento tanto das atividades agrícolas como das não-agrícolas, seja porque existem grandes áreas de fronteira para serem ocupadas pela agricultura, seja porque ainda há muito para ser desenvolvido em termos de integração da produção primária com os elos a montante e a jusante da cadeia produtiva, com grandes possibilidades de crescimento nas ocupações geradas na indústria de transformação e nos serviços para o consumo da agricultura e também da população rural.

**Tabela 118**  
População Rural Ocupada(1), segundo os Ramos de Atividade  
Estado de Mato Grosso  
1992-98

Ramos de Atividade	Em mil pessoas						1992/98 % a.a.
	1992	1993	1995	1996	1997	1998	
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>53</b>	<b>62</b>	<b>60</b>	<b>83</b>	<b>90</b>	<b>10,7 ***</b>
Indústria de Transformação	13	10	15	13	14	16	4,9 *
Indústria da Construção	4	-	5	3	7	6	-
Outras Atividades Industriais	3	2	-	-	-	-	-
Comércio de Mercadorias	2	9	10	11	11	14	25,5 **
Prestação de Serviços	18	16	15	17	30	30	10,7 **
Serviços Auxiliares	-	-	-	-	3	-	-
Transporte e Comunicação	-	2	3	3	4	4	-
Serviços Sociais	6	9	8	10	9	11	7,8 ***
Administração Pública	-	3	3	-	3	4	-
Outras Atividades	-	-	-	-	-	-	-

**Fonte:** Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Os principais ramos de atividade não-agrícola nos quais a população rural mato-grossense está ocupada são os de prestação de serviços, indústria de transformação, comércio de mercadorias e serviços sociais, que responderam por 79% das ocupações em 1998. Pode-se perceber que os quatro ramos de atividade apresentaram forte crescimento nos anos 90, com taxas que variaram de 4,9% ao ano (indústria de transformação) até 25,5% ao ano (comércio de mercadorias).

O engajamento da PEA rural no ramo da indústria de transformação ocorre nos setores de processamento de matérias-primas oriundas da agricultura (agroindústria), principalmente nos complexos de grãos e oleaginosas (algodão

e soja) e de carnes e couro, além das usinas de açúcar e nas madeireiras (estas, por sinal, apresentaram queda no número de ocupações no período 1992-98).

O crescimento das ocupações no ramo de serviços sociais deveu-se, basicamente, ao setor dos estabelecimentos de ensino público, cuja taxa de crescimento anual foi de 8,3% no período 1992-98.

**Tabela 119**  
População Rural Ocupada(1), segundo os Setores de Atividade  
Estado de Mato Grosso  
1992-98

Em mil pessoas

Setores de Atividade	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 % a.a.
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>53</b>	<b>62</b>	<b>60</b>	<b>83</b>	<b>90</b>	<b>10,7 ***</b>
Emprego Doméstico	10	8	8	10	16	20	13,7 **
Estab. Ensino Público	4	7	7	8	6	9	8,3 *
Construção	4	-	5	3	7	6	-
Indústria de Alimentos	3	3	3	4	4	5	7,8 ***
Indústria de Madeiras	7	6	10	7	4	4	-8,3
Comércio de Alimentos	-	4	3	4	4	3	-
Fábrica de Móveis	-	-	-	-	-	3	-
Restaurantes	3	3	3	-	5	3	-
Comércio - Vestuário	-	-	-	-	-	3	-
Administração Municipal	-	2	2	-	-	3	-
Assist. Técnica - Veículos	-	2	2	2	2	2	-
Comércio - Construção	-	-	-	-	-	2	-
Transporte de Carga	-	-	-	-	3	-	-
Alfaiataria	2	-	-	-	2	-	-
Subtotal	32	36	44	38	52	62	10,4 ***

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Rurbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

Notas: \*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão Log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

Já o desempenho do ramo de prestação de serviços, que isoladamente responde por um terço das ocupações não-agrícolas da PEA rural, e do comércio de mercadorias pode ser creditado ao crescimento das atividades ligadas ao turismo ecológico no Estado, principalmente nas regiões de Cuiabá, onde está localizada a Chapada dos Guimarães, e de Cáceres, onde encontra-se o pantanal mato-grossense. Como atividades subsidiárias ao turismo ecológico, desenvolvem-se os hotéis, pousadas, hotéis-fazenda, barcos-hotéis para passeios no pantanal, restaurantes com culinária típica, etc., onde surgem novas oportunidades de trabalho para a população rural. Há também forte estímulo para o setor de construção civil.

Pode-se notar que os principais ramos de atividade não-agrícola nos quais a população rural mato-grossense está ocupada são os de emprego doméstico, estabelecimentos de ensino público, construção civil e indústria de transformação, que também apresentaram significativas taxas de crescimento entre 1992 e 1998.

A principal ocupação (profissão) não-agrícola da população rural é a de serviços domésticos (18 mil pessoas ocupadas em 1998), que apresentou crescimento de 12,2% ao ano no período 1992-98. Como salientado, este crescimento está associado às atividades derivadas do turismo ecológico e, também, ao emprego doméstico nas residências urbanas e rurais.

**Tabela 120**  
População Rural Ocupada(1), segundo a Ocupação Principal  
Estado de Mato Grosso  
1992-98

Em mil pessoas

Ocupação Principal	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1992/98 % a.a.
<b>Total</b>	<b>48</b>	<b>53</b>	<b>62</b>	<b>60</b>	<b>83</b>	<b>90</b>	<b>10,7 ***</b>
Serviços Domésticos	9	8	8	8	14	18	12,2 *
Prof. Prim. Grau	2	5	4	4	5	5	25,1 *
Serviços Conta-Própria	-	4	2	3	5	5	-
Serrador de Madeira	5	3	5	-	3	4	-
Pedreiro	-	-	2	-	4	4	-
Guarda - Vigia	-	-	-	-	-	4	-
Ajudante (Diversos)	-	-	3	-	2	3	-
Balconistas - Atendentes	-	3	3	3	5	3	-
Motorista	-	3	2	-	4	3	-
Diversos	-	-	-	3	3	3	-
Cozinheiro (Não Domést.)	-	-	2	-	-	2	-
Ajudante de Pedreiro	-	-	2	-	-	-	-
Servente - Faxineiro	3	-	-	-	-	-	-
<b>Subtotal</b>	<b>18</b>	<b>25</b>	<b>32</b>	<b>21</b>	<b>44</b>	<b>53</b>	<b>15,7 **</b>

Fonte: Tabulações Especiais do Projeto Urbano, IE/Unicamp.

(1) PEA restrita.

\*\*\*, \*\*, \* indicam respectivamente 5%, 10% e 20% de confiança, estimado pelo coeficiente de regressão

Log-linear contra o tempo; "-" indica menos de seis observações na amostra.

A seguir, aparece uma série de profissões com importância menor em termos de ocupação da PEA rural. O número de professores de nível fundamental apresentou crescimento de 25,1% ao ano, embora a variação absoluta seja pequena e tenha ocorrido entre os anos de 1992 e 1993. Ainda podem ser listados os serviços por conta-própria, de serrador em madeiras, pedreiros, balconistas-atendentes e motorista - todas profissões ligadas aos ramos e setores de atividade mais importantes no Estado.

Como conclusão deste item, pode-se dizer que, obviamente, o “novo rural mato-grossense”, entendido como o espaço mais amplo que as tradicionais atividades agropecuárias, no qual as pessoas ocupam-se cada vez mais em atividades não-agrícolas, ainda é muito incipiente se comparado com outros estados brasileiros. No entanto, já aparecem regiões com fortes tendências para este movimento de transformação, onde o turismo ecológico é o carro-chefe do processo, como pode ser observado *in loco* no caso do entorno de Cuiabá e de Cáceres, por exemplo.

### ***Demanda de Mão-de-Obra na Agropecuária***

As estimativas da Fundação Seade indicam que as culturas de soja, arroz, algodão, banana, cana-de-açúcar e café são as mais importantes demandadoras da força de trabalho na agricultura mato-grossense. Em 1999, essas seis culturas foram responsáveis por 87% do total demandado no Estado. Note-se que a soja, o arroz e o algodão tiveram participações na demanda de mão-de-obra muito próximas neste ano.

A soja e o algodão, atualmente, são as grandes “vedetes” da produção modernizada de grãos e oleaginosas em Mato Grosso, que figura entre os maiores produtores nacionais destes produtos. O nível de mecanização da soja é elevadíssimo no Estado, o que pode ser comprovado pelos dados de participação desta cultura na área e na demanda de mão-de-obra: apesar de responder por cerca de 60% (2.631,8 mil hectares em 1999) da área cultivada com as principais culturas, demandou 18,4% do total de mão-de-obra o que indica que essa cultura gera poucos empregos diretos por unidade de área. A cultura do algodão caminha na mesma direção, com a perspectiva de mecanização da colheita na maior parte do Estado.

Ambas as culturas são produzidas nas regiões de Rondonópolis, Chapada dos Parecis e Sapezal (somente para citar alguns dos principais produtores), predominantemente em grandes propriedades com altos índices de mecanização. No caso do algodão, existe o Programa de Apoio ao Algodão de Mato Grosso (Proalmat), visando sua expansão no Estado. Os recursos, obtidos via incentivos fiscais, são destinados ao Fundo de Apoio à Cultura do Algodão (Facual), que também fomenta a agroindustrialização do produto.



Note-se que entre 1998 e 1999 houve um crescimento de quase 100% na área cultivada com algodão.

O arroz, juntamente com o milho, a mandioca e o feijão, que também têm certo destaque na ocupação da mão-de-obra agrícola, são culturas produzidas com nível tecnológico mais heterogêneo: ao lado da grande propriedade mecanizada convivem assentamentos rurais e da pequena produção não modernizada com uma participação significativa nessas culturas.

A banana é o grande destaque entre as frutíferas. Foi responsável por 13,9% da demanda de mão-de-obra, em 1999, e está espalhada por várias regiões do Estado. Nas entrevistas com os agentes estaduais, foi manifestada a preocupação com a proliferação da doença “mal do Panamá”, que pode inviabilizar a produção de banana-maçã. O café é outra cultura que vem apresentando expansão da área cultivada, com destaque para a participação de pequenos e médios produtores do norte mato-grossense, que estão utilizando o adensamento do cultivo. Em 1999, respondeu por 8,1% do total de EHA demandados.

A cana-de-açúcar aparece com destaque devido, principalmente, às atividades do grupo Itamarati no plantio e processamento do produto. Segundo a Secretaria de Agricultura do Estado, há 13 unidades agroindustriais ligadas à cultura da cana-de-açúcar. E em boa parte da área total cultivada a colheita é mecanizada. Em 1999, demandou 10,7% do total de mão-de-obra agrícola no Estado.

Além das culturas listadas, presentes no Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) e nas estimativas da Fundação Seade, merece destaque o cultivo da seringueira, bastante citado nas entrevistas com os agentes estaduais. Segundo o Censo Agropecuário 1995/96, havia 21.092 hectares em Mato Grosso dedicados a produção de borracha (látex). Pelas estimativas da Fundação Seade, esta cultura demandaria ao redor de 9 mil equivalentes-homens-ano (EHA). O principal produtor no Estado é o grupo Michelin, que possui algumas fazendas dedicadas ao cultivo da seringueira.

**Tabela 121**

Demanda da Força de Trabalho Agrícola Anual e Área Cultivada das Principais Culturas  
Estado de Mato Grosso  
1998-99

Principais Culturas	EHA		1999 (%)	Área (1000 ha)		1999 (%)
	1998	1999		1998	1999	
<b>Total</b>	<b>130.026</b>	<b>162.383</b>	<b>100,0</b>	<b>3.832,4</b>	<b>4.357,7</b>	<b>100,0</b>
Abacaxi	293	306	0,2	0,9	0,1	0,0
Algodão Herbáceo	15.553	28.416	17,5	106,5	194,6	4,5
Arroz	14.372	29.695	18,3	364,2	752,1	17,3
Banana	21.896	22.601	13,9	30,2	31,1	0,7
Cacau	561	673	0,4	1,5	1,8	0,0
Café	11.062	13.198	8,1	22,2	26,4	0,6
Cana-de-Açúcar	16.525	17.341	10,7	163,8	171,3	3,9
Feijão	2.036	2.452	1,5	25,2	31,2	0,7
Guaraná	426	511	0,3	0,6	0,7	0,0
Laranja	553	565	0,3	1,2	1,2	0,0
Mandioca	7.703	6.913	4,3	24,0	21,5	0,5
Milho	8.698	9.427	5,8	410,9	445,2	10,2
Soja	30.075	29.943	18,4	2.643,4	2.631,8	60,4
Sorgo	248	318	0,2	37,9	48,5	1,1
Tomate Rasteiro	25	23	0,0	0,2	0,1	0,0

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

Na pecuária, o grande destaque é a bovinocultura de corte e a reforma de pastagem a ela associada. Em 1999, essas duas atividades responderam por cerca de 87% da demanda de mão-de-obra na pecuária mato-grossense. Esse fato é coerente com as características da agropecuária do Estado, onde destacam-se como atividades principais a pecuária de corte e a moderna produção de grãos e oleaginosas.

O Estado de Mato Grosso possui, atualmente, o segundo maior rebanho bovino brasileiro para corte, vindo atrás do Mato Grosso do Sul. Do total do rebanho bovino de Mato Grosso, 90% tem a finalidade de corte e apenas 10% é destinado à produção de leite. Salienta-se que a bovinocultura de leite, que em 1999 respondeu por 11,4% da demanda de mão-de-obra, é praticada principalmente por pequenos e médios produtores. Os grandes proprietários do Estado dedicam-se à atividade de corte.

A suinocultura tem focos importantes de criação na região dos municípios de Nova Mutum e Lucas do Rio Verde, além da grande participação da filial da Carrolls Foods do Brasil, segunda maior empresa dos EUA na criação de suínos, cuja produção concentra-se na região de Rondonópolis (colada à

produção de grãos) e tem como principal mercado consumidor a região Sul do país. O governo do Estado mantém um Fundo de Apoio à Suinocultura Mato-Grossense (FASM), com recursos provenientes de renúncias fiscais.

Na avicultura, há projetos da Sadia na região de Rondonópolis, com destaque para a atividade de corte. Devido ao elevado grau de automação das granjas, a demanda por mão-de-obra no trabalho direto é muito baixa.

**Tabela 122**  
Demanda da Força de Trabalho Anual na Pecuária  
Estado de Mato Grosso  
1998-99

Pecuária	EHA		1999 (%)	Área/Produção/Rebanho	
	1998	1999		1998	1999
<b>Total</b>	<b>121.811</b>	<b>122.490</b>	<b>100,0</b>	-	-
Reforma de Pastagem(1)	77.075	77.075	62,9	1.526,3	1.526,3
Bovinocultura de Corte(2)	28.729	29.141	23,8	13.984	14.184
Bovinocultura de Leite(3)	13.803	13.977	11,4	352.170	356.606
Suinocultura(2)	1.960	2.039	1,7	705.772	734.013
Avicultura de Corte(2)	130	131	0,1	38.878	39.440
Avicultura de Postura(2)	114	127	0,1	352	390

Fonte: Fundação Seade.

EHA= Equivalentes-Homens-Ano.

(1) Área em mil hectares.

(2) Rebanho em mil cabeças.

(3) Produção em mil litros.

## Regionalização do Estado

A regionalização do Estado adotada na pesquisa tomou por base o Zoneamento Sócio-Econômico e Ecológico do Estado de Mato Grosso, realizado pela Seplan-CNEC, que estabeleceu oito regiões: Noroeste, Centro-Norte, Nordeste, Leste, Sudeste, Centro-Sul (Baixada Cuiabana), Oeste e Sudoeste. Mas, a partir das entrevistas com os agentes qualificados, foi feita uma adequação de modo a melhor representar as principais dinâmicas agropecuárias definindo-se de cinco regiões: Nortão Mato-Grossense (constituída pelas regiões Noroeste, a parte norte da região Centro-Norte e Nordeste do Zoneamento Seplan-Cenec); Leste Mato-Grossense; Sudeste Mato-Grossense; Centro-Oeste Mato-Grossense (constituída da parte sul da região Centro-Norte e da região Oeste); e Centro-Sudoeste Mato-Grossense (constituída das regiões Baixada Cuiabana e Sudoeste).

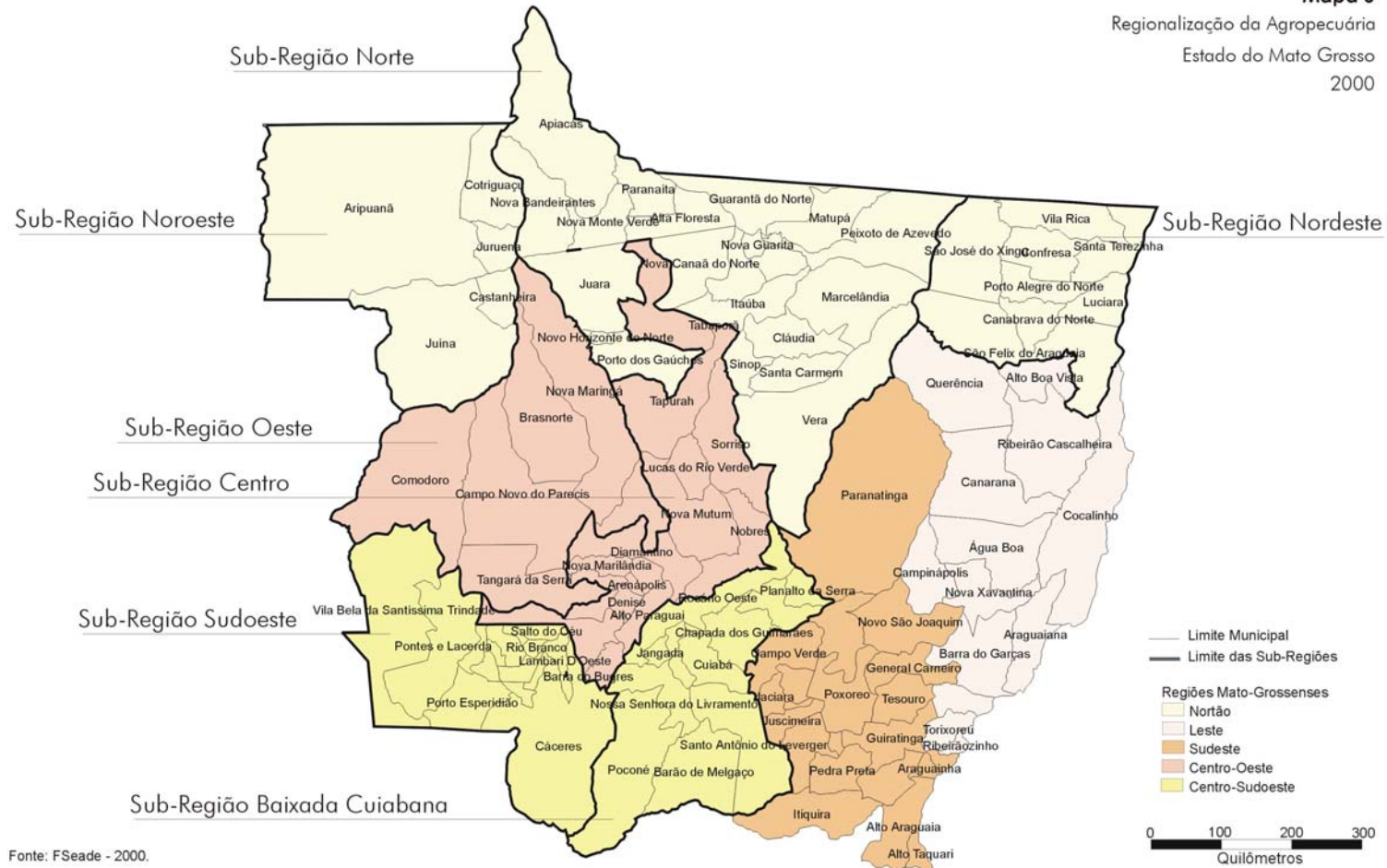
Estudos de Mercado de Trabalho como Subsídios para a Reforma da Educação Profissional

**Mapa 6**

Regionalização da Agropecuária

Estado do Mato Grosso

2000



Fonte: FSeade - 2000.

A incorporação produtiva do Estado de Mato Grosso à economia nacional tem diferenças significativas em relação aos processos de ocupação de regiões mais antigas, como por exemplo São Paulo, e ao papel desempenhado pelas ferrovias em seu desenvolvimento. O Estado permaneceu excluído da expansão da malha ferroviária que favoreceu os demais estados do Centro-Oeste, como Mato Grosso do Sul e Goiás.

No que se refere ao papel da capital como centro articulador da economia e para onde devem necessariamente convergir as linhas de transporte, Cuiabá apresenta um fraco papel articulador das dinâmicas econômicas e do processo de ocupação. Os principais eixos rodoviários tem um forte papel estruturador, independentemente de sua ligação com a capital. Ressalta, assim, o caráter exportador – para fora do Estado – da moderna agricultura que avançou nas áreas de cerrado.

Esta característica é expressada, por exemplo, na polêmica atual sobre o trajeto da Ferronorte a partir de Rondonópolis, na qual aparecem defensores do "desvio" para Cuiabá, que supostamente favoreceria a agregação local de valor à produção agropecuária do Estado, contra o planejado trajeto direto às regiões produtoras, que supostamente reforçaria o caráter exportador.

Ressalta também a heterogeneidade das dinâmicas agropecuárias do Estado, com regiões de grande dinamismo decorrente de uma agricultura moderna e tecnificada, vinculada à agroindústria processadora e ao setor exportador, e regiões menos dinâmicas, baseadas na pecuária extensiva e na pequena agricultura tradicional.

Mato Grosso se distingue ainda pela presença de comunidades oriundas da colonização antiga, como a população indígena, os remanescentes de quilombos e comunidades ribeirinhas tradicionais de pescadores. Também é importante a presença de reservas ambientais como obstáculos à integração produtiva de algumas regiões, devido às dificuldades de ligação por linhas de transporte.

A par estas características, em todas as regiões do Estado existem focos de conflito pela posse da terra. Nos anos 80, estes conflitos concentravam-se

principalmente na região conhecida como Nortão, e nos anos 90 nas áreas de produção mais modernizadas do centro-sul do Estado.

Inúmeros processos de assentamentos, bem distintos de outras regiões do país, estão em curso atualmente. Muitos são organizados pelo Movimento dos Sem-Terra ou o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais, enquanto outros reúnem trabalhadores rurais sem-terra, funcionários públicos, profissionais liberais e elites locais, transformando completamente o caráter do assentamento.

O Estado de Mato Grosso é marcado ainda por uma estrutura social mais permeável, resultante da dinâmica de fronteira e da ocupação recente, que possibilita a interação e a mudança de posições entre o pequeno agricultor e o grande fazendeiro, o cuiabano e o sulista.

Um exemplo dessa permeabilidade é a transformação de ex-presidiários que se tornaram colonizadores das terras do entorno da Penitenciária Agrícola da Agrovila das Palmeiras no Município de Santo Antônio do Leverger, promoveram assentamentos e tornaram-se líderes e figuras de destaque nas comunidades da região.

### ***Nortão Mato-Grossense***

A região conhecida como Nortão Mato-Grossense compreende a faixa norte do Estado, caracterizada fundamentalmente pelo ambiente amazônico, por uma pequena agricultura tradicional ao lado de latifúndios de pecuária extensiva, e pode ser dividida em três sub-regiões: Noroeste, Norte e Nordeste.

A sub-região Norte é polarizada pelos municípios de Alta Floresta e Colider e se destaca pela estrutura urbana e as atividades comerciais e de extrativismo mineral e florestal constituídas em torno do eixo da BR-163.

A sub-região Noroeste, constituída pelos municípios de Juína, Castanheira, Juruena, Aripuanã e Cotriguaçu, distingue-se pelo ambiente amazônico, como também pelo baixo grau de apropriação produtiva de seu território e pela precariedade de sua integração ao conjunto do Estado. Sua dimensão (quase 12% do território) e sua distância da sede da capital e dos centros urbanos, aliadas a um precário sistema viário resultam em um povoamento rarefeito e relativamente recente.

Essa sub-região apresenta também grande concentração fundiária. A maior parte dos núcleos de pequenos produtores localiza-se nos municípios de Juína e Aripuanã, onde foram implantados projetos de colonização particular, a partir da década de 70. Mais recentemente, no contexto do PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária, foram implementados na região sete projetos de assentamentos, quatro através do Incra e os outros três pelo governo do Estado (Aripuanã). No conjunto, estes projetos abrangem 205.672 ha, onde estão assentadas 2.414 famílias.

Nos pequenos estabelecimentos rurais, onde a força de trabalho é familiar, e o sistema de produção que inclui a queimada para limpeza do solo, leva a um uso mais intensivo do mesmo, aliado à reduzida utilização de práticas de manejo ou de outras técnicas e tecnologias modernas. Sobre esta base tradicional de produção, cultivam-se produtos alimentares: arroz, milho (Juína e Castanheira), café (Juína e Cotriguassu), feijão e mandioca (Aripuanã) para autoconsumo e para o mercado regional, inclusive Rondônia. No período 1990-94, excetuando-se o café e a mandioca, todas as demais culturas vêm diminuindo sua área cultivada, tanto em termos absolutos como relativos.

Em 1994, essa sub-região respondia por 1,23% do valor da produção agrícola do Estado (principais produtos), destacando-se apenas nos itens feijão (5,2% do valor da produção estadual), mandioca (6,1%) e, em termos agregados, por 4,9% do valor da produção dos "produtos tradicionais". No segmento extrativismo vegetal, a região participava com 12,6% da produção de madeira em tora no Estado e com 3,7% do rebanho bovino estadual.

No período recente, há um incremento significativo da economia regional por meio da expansão da pecuária, desenvolvida em moldes extensivos (Juína, Castanheira e Aripuanã) e do extrativismo vegetal (Castanheira e Aripuanã), que constituem as principais atividades geradoras da renda regional.

Vale ressaltar que a atividade extrativa mineral (ouro e diamantes) já foi expressiva para a região, realizando-se em diversos pontos de seu território. Esta atividade apresenta, ainda hoje, alguma expressão em Juína.

A sede municipal de Juína, pela função polarizadora que exerce e por seu porte populacional, é a cidade mais expressiva da região. Nela encontram-se

algumas indústrias processadoras da produção local, com destaque para serrarias e processadoras de diamantes, constituindo esse centro urbano o núcleo polarizador da atividade minerária regional. A região como um todo mantém relações de complementaridade funcional com Vilhena (RO) e Tangará da Serra.

A sub-região Norte compreende os municípios de Apiacás, Nova Bandeirante, Nova Monte Verde, Paranaíta Alta Floresta, Carlinda, Colider, Guarantã do Norte, Nova Canaã do Norte, Nova Guarita, Terra Nova do Norte, Matupá, Peixoto de Azevedo, Cláudia, Itaúba, Marcelândia, Santa Carmem, Vera, Sinop, Juara, Novo Horizonte e Porto dos Gaúchos

Caracterizada como de ocupação recente, a rede urbana desta sub-região é estruturada a partir de projetos de colonização particulares, localizados no entorno da BR-163. Atualmente, destacam-se os centros regionais de Alta Floresta e Sinop. Além da rodovia federal, pavimentada, a sub-região é também servida por rodovias estaduais não pavimentadas: MT-220 e MT-338.

Abrangendo um extenso território (17,7% da área total do Estado), que poderia ser subdividida em dois diferentes domínios e regiões naturais (floresta e zona de transição cerrado-floresta), a sub-região corresponde a uma estrutura produtiva diversificada, com pequena agricultura tradicional de alimentos ao norte e intensa exploração madeireira e bovinocultura ao sul dessa sub-região.

Nas áreas de floresta, que correspondem à maior parte do território sub-regional, desenvolveram-se vários projetos de colonização privada (Apiacás, Alta floresta, Paranaíta, Terra Nova I e II, Gleba Arinos, PAC Carlinda, Sinop), que estão na origem do processo de ocupação da região, relativamente recente, juntamente com a ocorrência de garimpos (ouro) e projetos agropecuários estruturados com base em subsídios e incentivos fiscais. Mais recentemente, 28 projetos de assentamentos de reforma agrária foram criados na sub-região (26 pelo Incra e 2 pelo governo do Estado), totalizando 416.740 ha e 5.906 famílias assentadas.

Os projetos de colonização e assentamentos de reforma agrária originaram vários núcleos de pequenos agricultores, voltados à produção de alimentos,



tendo como base a força de trabalho familiar e um sistema tradicional de produção, com baixo nível tecnológico. Sobretudo no caso dos projetos de colonização particular, por serem estes relativamente mais antigos, o resultado do processo de diferenciação social, ocorrido entre os colonos originais, foi a transformação de muitos deles em força de trabalho para a atividade garimpeira (hoje em estagnação) e madeireira, e de alguns poucos, que se capitalizaram, em pequenos e médios comerciantes e industriais.

A exploração extrativa madeireira, desenvolvida hoje em caráter empresarial (extração e processamento), foi a base da acumulação prévia nos projetos de colonização e, ainda hoje, nos projetos de assentamentos, é a primeira atividade implementada. Em 1994, a sub-região respondia por 66,7% da produção da madeira em tora em todo o Estado, tendo atualmente como principais produtores os municípios de Claudia (464.803m<sup>3</sup>), Vera (282.968m<sup>3</sup>), Garantã do Norte (157.401m<sup>3</sup>), Marcelândia (149.202m<sup>3</sup>) e Juara (105.322m<sup>3</sup>).

A produção extrativa mineral, centrada na atividade garimpeira, chegou a constituir-se na principal atividade dessa sub-região na década de 80, atraindo grandes contingentes populacionais, que contribuíram fortemente para a urbanização da sede municipal de Alta Floresta, denominada na época a capital nortista do ouro. Na década de 90, como resultado do esgotamento dos afloramentos de ouro aluvionar, da queda do preço internacional desse mineral e também de um maior controle sobre as terras indígenas, que eram constantemente invadidas pelos garimpeiros, a atividade sofreu forte descenso.

Pela importância destas duas atividades extrativas vegetal e mineral na constituição da economia da porção mais ao norte da sub-região em estudo, e ainda devido a seu caráter itinerante, a ocupação demográfica apresenta-se diferenciada, com áreas de muito baixa concentração populacional e outras com elevada concentração.

Alta Floresta, que já foi o maior pólo de desenvolvimento regional, constituiu-se hoje no segundo município em termos de população (43.273 habitantes em 1996), perdendo apenas para Sinop (54.294 habitantes). As sedes municipais de Alta Floresta e Sinop constituem-se nos dois principais centros polarizadores regionais: Alta Floresta, polarizando a região mais ao norte do Estado e o sul do Pará; e Sinop, polarizando a região central do Estado.

Após ter estruturado sua base econômica nas atividades garimpeiras, Alta Floresta apresenta-se atualmente com um expressivo desenvolvimento da bovinocultura de corte e leite (339.246 cabeças em 1994). Juntamente com Nova Canaã do Norte, Colider, Terra Nova do Norte, Guarantã do Norte e Juara, constitui um pólo regional da pecuária, contribuindo com 8,7% do rebanho bovino estadual.

A localização estratégica, ao longo da rodovia BR-163, confere a Sinop a função polarizadora regional. A microrregião de Sinop possui 19% da capacidade de armazenagem do Estado. Apesar do quase esgotamento de madeiras de valor comercial no município, a sede municipal abriga um grande número de serrarias, além de cinco fábricas de compensados (das 18 existentes no Estado) e 10 laminadoras (48 no Estado), possibilitando ao município uma elevada arrecadação de ICMS industrial (4,3% do total do Estado).

Além da pecuária e do extrativismo vegetal e mineral, a sub-região Norte destaca-se pela produção agrícola, contribuindo com 21,7% do valor da produção estadual (principais produtos); 25,9% da produção de arroz (Alta Floresta, Terra Nova do Norte, Sinop); 27,5% da produção de feijão (Alta Floresta, Terra Nova do Norte, Colider e Guarantã); 68,8% da produção de café (Alta Floresta, Juína e Nova Bandeirantes); 89,3% do cacau (Alta Floresta e Paranaíta); e 50% da produção de guaraná (Alta Floresta e Sinop). Em nível regional, são também importantes as culturas de algodão (Nova Canaã, Colider e Guarantã) e de mandioca (Terra Nova do Norte, Colider, Nova Bandeirantes), que são desenvolvidas em pequenos estabelecimentos rurais, e a produção de leite (Colider, Nova Canaã, Guarantã, Terra Nova e Alta Floresta).

A estrutura agro-industrial da sub-região Norte é ainda muito incipiente, concentrando-se em Alta Floresta e Sinop. Destaca-se a presença de frigoríficos de porte significativo em Alta Floresta e Colider, assim como de laticínios e beneficiadoras de café, arroz e algodão, com localização diversificada.

Em relação à exploração madeireira, além de inúmeras serrarias (Sinop, Alta Floresta, Juara e outros), verifica-se a presença de indústrias mais especializadas, tanto na fabricação de compensados (Terra Nova do Norte,

Vera) como na de laminados (Sinop, Alta Floresta, Terra Nova do Norte, Guarantã do Norte, Cláudia, Itaúba, Marcelândia, Santa Carmem, Vera).

A sub-região Nordeste é constituída pelos municípios de Canabrava do Norte, Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha, Vila Rica, Luciara, São Félix do Araguaia e São José do Xingu. A sub-região Nordeste caracteriza-se por uma rede urbana incipiente, desprovida de centros regionais, com relações funcionais estabelecidas diretamente com o Estado de Goiás (Goiânia) e com o Distrito Federal (Brasília). Isto se deve às melhores condições de acesso propiciadas pela rodovia Belém-Brasília, em relação à malha rodoviária sub-regional, composta de rodovias sem pavimentação.

São Félix do Araguaia, situado entre o Parque Nacional do Xingu e o Rio Araguaia foi o núcleo de ocupação pioneira da sub-região. A ocupação recente ocorreu a partir dos anos 70, no contexto da implantação do Pólo de Desenvolvimento do Xingu-Araguaia, intensificando-se, ao longo desta década e no transcorrer dos anos 80, pela implantação de inúmeros projetos agropecuários, subsidiados com incentivos fiscais da Sudam.

Apesar desses esforços, essa sub-região tem particular dificuldade de estabelecer vias de transporte e laços produtivos com as regiões do centro do Estado, em função da presença de grandes áreas de reserva ambiental que constituem um obstáculo à integração produtiva via rodovias.

Os principais vetores de povoamento da sub-região originaram-se dos fluxos migratórios oriundos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através dos estados de Goiás e Pará. Esses fluxos foram responsáveis pelo agravamento e emergência de inúmeros conflitos pela posse da terra nessa sub-região.

A sub-região contribuía, em 1994, com 6,1% do efetivo do rebanho bovino estadual, 1,4% da produção da madeira em tora e 1,4% da produção agrícola. Ao longo desta década, a sub-região tem manifestado um baixo dinamismo econômico, verificado tanto em relação às atividades da pecuária e extrativa madeireira, quanto em relação ao pólo canavieiro de Confresa, que apresenta tendência nitidamente negativa em seu crescimento.

Nos municípios de São José do Xingu, São Félix do Araguaia e Luciara, revela-se um alto índice de utilização das terras com a pecuária (cerca de 95%,

em 1985) e um elevado nível de concentração fundiária (62% da área total estava ocupada com estabelecimentos de mais de 10.000 ha). Estes municípios participam com 3,7% do rebanho e 2,3% da produção agrícolas estaduais.

Na primeira metade da década de 80, acelerou-se o processo de ocupação do seu território, notadamente nos municípios de Canabrava do Norte, Confresa, Porto Alegre do Norte, Santa Terezinha e Vila Rica, pela pressão dos fluxos migratórios que a sub-região vem recebendo e, atendendo esta demanda, pela implantação de projetos de assentamentos de reforma agrária, dedicados basicamente à agricultura de alimentos.

Até 1996, foram implantados na sub-região 25 projetos de assentamentos de trabalhadores sem-terra, através do Incra. Estes projetos, no conjunto, abrangem 570.718 ha e 2.315 famílias assentadas.

Mas, de maneira geral, a sub-região apresenta baixo dinamismo demográfico, tanto em relação ao contingente populacional, como em termos de seu crescimento. São pouco significativos os níveis de urbanização e de renda per capita das famílias residentes.

### ***Leste Mato-Grossense***

A região Leste Mato-Grossense compreende os territórios lindeiros ao Rio Araguaia, desde a foz do Rio das Mortes até o município de Ribeirãozinho, representados pelos municípios de Barra do Garças, Nova Xavantina, Água Boa, Campinápolis, Canarana, Alto da Boa Vista, Querência, Ribeirão Cascalheira, Pontal do Araguaia, Ribeirãozinho e Torixoréu. Sua área (8,4% do Estado) acolhe uma população de 145.053 habitantes (6,5% do total estadual) e é caracterizada pela predominância da exploração pecuária, com algumas áreas tendentes à expansão da soja e pela existência de reservas ambientais e áreas indígenas importantes nas bacias dos Rio Xingu e Araguaia.

A rodovia BR-158, pavimentada até o entroncamento com a MT-326, constitui o principal eixo viário estruturador da região. As demais rodovias – MT-100 e MT-326 – que constituem o sistema viário regional, não possuem pavimentação.

Ao longo do processo histórico de sua ocupação, a região foi alvo de várias iniciativas de colonização, promovidas pelo Estado ou pela iniciativa privada, mas sempre sob alguma forma de parceria com o mesmo. Ainda na década de 40, houve a criação de núcleos agrícolas (Fundação Brasil Central - Nova Xavantina); nos anos 60, a generalizada venda de terras da região nos mercados imobiliários do sul e sudeste, em particular, daquelas localizadas no extenso município de Barra do Garças.

Na década de 70, a região é cenário de intensa ocupação, dada a implantação de projetos particulares de colonização (Carapuí I e II, Canarana, Tangará I e II, Serra Dourada, Água Boa, Ranchão, Nova Xavantina, Nodori, Tabaju, e vários outros) do que se originou e desenvolveu uma agricultura comercial, especialmente na porção centro-norte da região. Paralelamente, foram implantados grandes projetos agropecuários subsidiados, os quais consolidaram a tendência já existente de ocupação das áreas com pecuária.

Finalmente, após o PNMA e o PRRA (1985) até os dias atuais, o Incra vem implantando na grande maioria dos municípios da região inúmeros projetos de assentamento de trabalhadores rurais. Em 1996, em oito municípios da região, havia 27 projetos, totalizando 353.613 ha e 3.481 famílias assentadas (em torno de 16.000 pessoas). Em alguns municípios, como Alto da Boa Vista e Ribeirão Cascalheira, a população das áreas reformadas representa mais da metade de sua população residente.

O processo recente de redistribuição fundiária, no entanto, não modificou a extrema concentração da posse da terra: 1,8% dos estabelecimentos, todos com mais de 10.000 ha, ocupam 35% do território regional; enquanto que os estabelecimentos com menos de 100 ha (27,3%) ocupam 1,0% da área. No conjunto da região, a área média dos estabelecimentos é de 1.438,4 ha, enquanto para o total do Estado é de 780,5 ha (dados do Incra/MT-1995).

A região apresenta características produtivas diversificadas. Em 1985, a forma de ocupação do território dividia-se claramente entre as tipologias de área de fronteira com exploração pecuária (Alto da Boa Vista, Querência e Ribeirão Cascalheira); área de transição, com tendência de expansão da agricultura comercial (Água Boa, Campinápolis, Canarana e Nova Xavantina); e de área consolidada, com tendência para a expansão da pecuária, nos

municípios de ocupação mais antiga, situados ao sul, entre os quais Barra do Garças.

A atividade pecuária é amplamente predominante, embora a agricultura comercial apresente potencial de crescimento. Em 1994, o rebanho bovino existente representava 15% do efetivo estadual, sendo que os municípios de Água Boa e Barra do Garças posicionavam-se entre os dez maiores produtores do Estado. A produção agrícola (principais produtos) atingia 4,4% do valor da produção do Estado, destacando-se na produção de banana (30,0%), arroz (17,8%), mandioca (5,1%) e soja (3,2%).

No âmbito estadual, o município de Campinápolis é o maior produtor de banana (27,5% da área cultivada e 22,9% da produção, em 1995) que, na região tem expressão também em Nova Xavantina e Água Boa.

No âmbito regional, o município de Água Boa constitui-se no maior produtor de arroz, enquanto Nova Xavantina destaca-se na produção da mandioca. Estes dois municípios, juntamente com Canarana, são responsáveis pela maior parte da produção de soja na região.

O grau de modernização das relações de produção, tanto na agricultura comercial quanto na pecuária, atinge intensidade média a baixa no contexto estadual, mesclando-se relações de trabalho assalariado e trabalho familiar.

A região possui uma rede urbana, estruturada a partir do centro regional de Barra do Garças e do sub-centro de Nova Xavantina, sendo as demais sedes caracterizadas enquanto centros de apoio local. Estes dois municípios apresentam as mais altas taxas de densidade demográfica (5,2 e 3,4 hab/Km<sup>2</sup>, respectivamente), em nível regional.

A cidade de Barra do Garças, em situação extremamente privilegiada em relação aos grandes eixos viários, polariza o conjunto da região, apresentando forte relacionamento com Goiânia e com sentido do eixo em direção a São Paulo. Constitui também pólo de agroindustrialização, abrigando a única indústria de grande porte (mais de 500 empregados) da região.

Na estrutura agro-industrial regional, representada por 152 estabelecimentos em 1996, predominam os estabelecimentos de pequeno porte (menos de 20 empregados), voltadas ao beneficiamento de produtos alimentares (49) e ao

processamento de produtos de origem animal (9). A maior parte dessas indústrias concentra-se em Barra do Garças (60 estabelecimentos), mas também se faz presente em Nova Xavantina (25), Água Boa (26), Canarana (15) e Campinápolis (10).

Neste quadro, o município de Barra do Garças apresenta grande dinamismo e melhores condições de vida de sua população, enquanto que os demais apresentam baixos padrões de renda e de instrução, além da pequena base populacional e baixo ritmo de crescimento.

### ***Sudeste Mato-Grossense***

A região Sudeste Mato-Grossense compõe-se dos municípios de Rondonópolis, Campo Verde, Nova Joaquim, Primavera do Leste, Dom Aquino, Jaciara, Juscimeira, São Pedro da Cipa, Itiquira, Pedra Preta, São José do Povo, Alto Taquari, Alto Araguaia, Alto Garças, General Carneiro, Guiratinga, Poxoréo, Tesouro, Paranatinga, Araguainha e Ponte Branca.

O sistema viário compreende várias rodovias pavimentadas, como a BR-070, BR-364 e BR-163, que convergem para Rondonópolis, possibilitando o acesso tanto aos mercados de Goiás e do Distrito Federal, via Goiânia, como ao mercado de São Paulo com extensões às regiões Sul e Sudeste, via Campo Grande.

De ocupação muito mais recente do que a Baixada Cuiabana e o Pantanal, constitui-se como centro de emigração diferenciado, tendo sediado diversos projetos de colonização, particulares e oficiais, já na década de 60, da mesma forma como foi objeto de investimentos significativos no âmbito do programa Polocentro, a partir do qual intensifica-se a cultura da soja, no decorrer da década de 70.

Além disso, do final da década de 80 até 1996, o governo federal, através do Incra, implantou 14 projetos de assentamentos em nove municípios da região, além de um outro implementado sob a responsabilidade do governo estadual (Intermat). No conjunto, estes projetos totalizam 69.696 ha e 1.669 famílias assentadas.

A estrutura de posse da terra apresenta-se ligeiramente diferenciada em relação ao contexto estadual, expressando uma melhor distribuição do recurso

fundiário: apenas 13,8% de seu território é apropriado por estabelecimentos de mais de 10.000 ha (este índice atinge 28,6% no total do Estado), enquanto 33,9% dos estabelecimentos possuem menos de 100 ha (contra 48,2% no Estado) e abrangem 1,8% da área.

Mas a região caracteriza-se principalmente pela densidade e diversificação de sua estrutura produtiva, abrigando o maior pólo agroindustrial do Estado – a cidade de Rondonópolis – além da expressiva participação na produção agropecuária estadual. O efetivo do rebanho bovino regional atingia, em 1994, mais de 2,5 milhões de cabeças (20,4% do total estadual), enquanto as áreas de lavoura contribuíam com 34,1% do valor da produção agrícola.

A região pode ser subdividida em oito diferentes áreas, que refletem o surgimento e aprofundamento de especializações produtivas: Primavera do Leste (grãos); Jaciara (cana-de-açúcar, bacia leiteira e sub-pólo agroindustrial); Rondonópolis (pólo agroindustrial); Paranatinga (área de expansão da pecuária e grãos); Itiquira (grãos e algodão); Alto Taquari (grãos); Poxoréo (pecuária); e Araguinha (pecuária extensiva tradicional).

Os municípios de Rondonópolis, Primavera do Leste e Itiquira, além de concentrarem a maior parte da produção de grãos em nível regional, também concentram o maior número de tratores e colheitadeiras, respectivamente 43,7% e 34,9% do total estadual em 1995. Em Primavera do Leste e Rondonópolis encontra-se 12,2% da capacidade de armazenagem do Estado.

Rondonópolis, maior pólo agroindustrial do Estado, apresenta uma estrutura significativa: em 1994, possuía cinco frigoríficos e 10 laticínios, 11 beneficiadoras de algodão, látex e café, cinco unidades de beneficiamento industrial da soja, uma destilaria de álcool, além de 24 beneficiadoras de café e arroz. Seus principais segmentos são as áreas de carnes (engorda e frigorificação), grãos-óleo-farelo, grãos-carne (especialmente no ramo de carne suína), destacando-se ainda outros encadeamentos industriais, em processo de implantação, como rações e avicultura-abate-frigorificação.

Primavera do Leste, que, juntamente com Campo Verde e Novo São Joaquim, apresenta alta intensidade na expansão da agricultura moderna, vem constituindo uma estrutura agroindustrial especializada na cadeia grãos-óleo-



farelo e grãos-carne, tendo implantadas cinco beneficiadoras de soja e uma de arroz.

O município de Itiquira, além de sediar uma cultura algodoeira significativa (juntamente com Pedra Preta e São José do Povo) e apresentar elevada expressão na produção de látex estadual (20%), corresponde a uma área de expansão das atividades produtivas modernas, especialmente nucleadas em Rondonópolis. Assim, sua estrutura agroindustrial compreende um frigorífico e uma algodoeira, diversos laticínios e arroseiras, destacando-se uma grande beneficiadora de látex (grupo Michelin).

Na produção de grãos, destaca-se ainda o município de Alto Taquari, por apresentar alta intensidade na expansão das atividades agrícolas modernas, especialmente na produção de milho e soja, que, em 1994, equivalia a 3,1% do montante estadual.

Jaciara constitui outro centro de desenvolvimento na região, exercendo uma forte polarização em relação a municípios do entorno, podendo-se destacar sua importância na produção estadual de cana-de-açúcar (15,8%) e leite (7,8%). A estrutura agroindustrial local conta com duas unidades sucro-alcooleiras, laticínios e beneficiadoras de café e arroz. Destacam-se ainda as funções de complementaridade, exercidas pelos municípios de São Pedro da Cipa (reservatório de mão-de-obra), de Juscimeira e Dom Aquino (bacia leiteira).

Na atividade da pecuária, além do pólo agroindustrial de Rondonópolis, destacam-se os municípios de Paranatinga, Pedra Preta, Itiquira e Poxoréo.

Paranatinga localiza-se numa região que apresenta dois espaços naturais distintos: cerrado e área de transição. A partir destes condicionantes naturais, possui mais da metade de sua área ocupada por pastagens, enquanto a porção restante apresenta-se mais claramente como área de expansão da agricultura comercial e da pecuária. A expansão da pecuária vem apresentando alta intensidade e nível médio de expansão da agricultura comercial, o que a caracteriza na tipologia de área de transição com tendência para a expansão da pecuária. Em 1994, Paranatinga contribuía com 2,3% do rebanho bovino e 1,1% do valor da produção agrícola estaduais, destacando-

se também na produção de arroz (6,9%). Sua estrutura agroindustrial limita-se a unidades de beneficiamento do arroz.

Em Poxoréo, a atividade pecuária vem se expandindo no período mais recente, com níveis médios de expressão da agricultura moderna. Praticamente em todos os municípios polarizados por Poxoréo, principalmente em Tesouro, há forte predominância da pecuária, devido às formas acentuadas do relevo que representam fator impeditivo à expansão das culturas mecanizadas, aliadas à baixa produtividade do solo. Em 1994, Poxoréo mantinha um rebanho significativo (1,8% do montante estadual), além de contribuir com 5,0% da produção de leite no Estado. As atividades agroindustriais são pouco significativas, verificando-se a presença de três laticínios e de uma beneficiadora de arroz.

Finalmente, destaca-se o baixo dinamismo da estrutura econômica de Araguainha, cuja forma de ocupação é classificada como área consolidada com tendência para a pecuária. Os indicadores de 1994 apontam para pequena significância das atividades econômicas rurais e urbanas dentro do contexto estadual, verificando-se uma baixa intensidade do uso do solo e índice médio em relação à modernização das relações de produção. Juntamente com Ponte Branca, Araguainha contribuía com apenas 0,3% do rebanho e 0,02% no valor da produção agrícola estadual.

Quanto aos aspectos sociodemográficos, a região Sudeste apresenta padrões diferenciados entre as áreas de produção que congrega. Com 337.139 habitantes em 1996, a região acompanha a média de urbanização (81%) e de ritmo de crescimento (2,0% ao ano) verificadas para o Estado.

O maior centro populacional e econômico da região, Rondonópolis, concentra 43% da população e apresenta a mais alta taxa de densidade demográfica regional (33,4 hab/km<sup>2</sup>). Além disso, apresenta taxas de urbanização e de crescimento populacional ligeiramente superiores à média estadual, respectivamente 91% e 2,4% ao ano.

Excetuando-se a área bastante dinâmica que compreende os municípios de Campo Verde e Primavera do Leste, as demais apresentam involução no seu ritmo de crescimento populacional ou taxas inferiores à média do Estado.

### **Centro-Oeste Mato-Grossense**

A região Centro-Oeste Mato-Grossense é caracterizada por extensas áreas de cerrado, ocupadas por uma agricultura moderna voltada à produção de grãos para exportação. Os principais eixos estruturadores são constituídos pela BR-174 e BR-364 e pelas rodovias estaduais MT-246, MT-343, MT-358, MT-240 e MT-170, sem pavimentação.

A estrutura econômica dessa região é bastante diversificada e com intenso dinamismo, destacando-se a agricultura comercial, a pecuária e a extração vegetal. Em 1994, a região contribuía com 25,9% do valor da produção agrícola estadual e com 8,5% do efetivo bovino. Pode ser dividida em duas sub-regiões: Centro e Oeste.

A sub-região Centro é constituída pelos municípios de Tabaporã, Tapurah, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Sorriso, Nobres, Barra do Bugres, Arenópolis, Diamantino, Nova Marilândia, Alto Paraguai, Santo Afonso, Denise, Nova Olímpia e Porto Estrela, destacando-se Sorriso, que polariza a parte mais ao norte da sub-região, pela presença de infra-estrutura de apoio às atividades agropecuárias, em especial, à agricultura comercial, articuladas pelo eixo da BR -163.

Projetos de colonização localizados nas áreas de cerrados e organizados a partir de médios e pequenos produtores do Sul do país, e relativamente capitalizados, deram origem a uma extensa e proporcionalmente importante produção de grãos nesta sub-região, que concentra 24,5% da produção de soja e milho do Estado (Sorriso, Lucas do Rio Verde e Nova Mutum).

Sorriso, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Tapurah destacam-se na sub-região pela existência tanto de domínios naturais diferenciados (transição floresta-cerrado e cerrados) como de sistemas de produção agrícolas modernos. Predominantemente nos três primeiros municípios citados, todos derivados de projetos de colonização particular e desmembrados dos municípios de Nobres e Diamantino, verificou-se um acelerado processo de crescimento nos anos recentes, pela alta intensidade de modernização da agricultura e baixa intensidade de expansão pecuária. Os projetos de colonização selecionaram preferencialmente agricultores sulistas, com

experiência em agricultura moderna, cooperativismo e mais capitalizados. Beneficiados pelas condições naturais, esses agricultores implantaram nessa sub-região um sistema de produção agrícola voltado especialmente para a produção de soja, sob a base de pacotes tecnológicos já comprovados em outras áreas do cerrado brasileiro, que lhes possibilitou altos níveis de produtividade e competitividade no mercado do produto. Desta forma, estes municípios respondem por mais de um quarto da produção estadual de soja, além de contribuir com 14,8% da produção de arroz e 9,1% de feijão. No conjunto dos principais produtos agrícolas, participam com 16,8% da produção estadual.

A estrutura agroindustrial concentra-se em estabelecimentos de médio porte no município de Sorriso, principalmente frigoríficos.

Os municípios de Barra do Bugres, Denise e Nova Olímpia apresentam uma estrutura produtiva altamente especializada na atividade sucroalcooleira e parcialmente em bacia leiteira. As informações mais recentes indicam uma evolução diferenciada em termos intermunicipais, destacando-se o município de Barra do Bugres, pela expressão da atividade pecuária (alta), agricultura moderna e atividades urbanas (médias). Dentre os demais municípios, algum destaque apenas para Nova Olímpia, com nível médio em sua expressão urbana. Em 1994, esses municípios contribuíam com quase 50% da produção estadual de cana-de-açúcar e 6,9% da produção de leite (com um rebanho equivalente a 2,1% do estadual). Sua estrutura agroindustrial encontra-se fortemente alinhada a esta base, compondo-se de duas unidades sucroalcooleiras e de diversos laticínios.

Também com elevada expressão do segmento agricultura moderna (soja/milho), encontra-se porção importante do município de Diamantino. No entanto, a estrutura de polarização na qual está inserida sua sede municipal, fortemente vinculada à antiga economia minerária, justifica a alocação do mesmo na sub-região, à qual pertence apenas parcialmente. Em Diamantino, atualmente, encontra-se 5,4% (590,7 mil t) da capacidade total de armazenagem do Estado, além de 5,8% do número de colheitadeiras.

Embora com expressiva dimensão territorial, Nobres não apresenta maior expressão na atividade agrícola, distinguindo-se na produção animal (bovinos e

leite) e, sobretudo, na extração e beneficiamento mineral, em particular na produção de cimento e de calcário dolomítico para fins agrícolas.

Os demais municípios da sub-região são inexpressivos em termos de modernização da base produtiva agrícola, dedicando-se mais especialmente à produção animal. Têm-se como exemplos os municípios de Arenópolis, de reduzida extensão territorial, Alto Paraguai e Santo Afonso.

A sub-região Oeste caracteriza-se pela presença de grandes áreas planas de ambiente de cerrado e favoráveis à mecanização agrícola – principalmente o Chapadão dos Parecis – onde está em expansão uma agricultura comercial tecnificada e voltada à produção de grãos para exportação, principalmente soja, milho, arroz, cana-de-açúcar e, mais recentemente, algodão. É polarizada pelo centro regional de Tangará da Serra e constitui-se dos municípios de Campos de Júlio, Comodoro, Campo Novo do Parecis, Sapezal, Nova Maringá, Brasnorte e São José do Rio Claro.

A porção mais a oeste da sub-região relaciona-se com Vilhena, compreendendo as sedes municipais de Comodoro, Campos de Júlio e Sapezal. Investimentos realizados pelo BNDES em parceria com o grupo Maggi viabilizaram a adequação das instalações portuárias de Porto Velho e Itacotiara, estabelecendo uma rota de saída pelo Norte da soja para exportação produzida por esta sub-região, através de 900 km de rodovias e transporte hidroviário em barcas até Itacotiara, onde a soja é transferida para navios transoceânicos.

As estatísticas de 1994 sobre a produção agrícola do município de Campo Novo do Parecis, caracterizado em 1985 como área de fronteira com tendência para a agricultura comercial, mostram uma significativa expansão e expressão da agricultura comercial, com destaque para a produção de milho e soja (13,5%), cana-de-açúcar (14,9%), algodão (4,9%), e arroz (13,1%), comparativamente ao montante estadual.

Neste município, encontram-se 4% dos tratores e 7,4% do total de colheitadeiras do Estado, além da maior capacidade de armazenamento (12,3% da capacidade total estadual). A estrutura agroindustrial instalada compreende uma unidade sucro-alcooleira, uma beneficiadora de algodão

(ambas de porte e pertencentes ao grupo Itamarati) e uma beneficiadora de látex, laticínios e arrozeiras.

Tangará da Serra também apresenta uma elevada expressão na agricultura comercial e nas atividades da pecuária. Sua produção é diversificada, com destaque para os cultivos de soja e milho (2,9%), cana-de-açúcar (40%), arroz (30%) e feijão (13,9%), comparativamente ao montante estadual, bem como para o rebanho bovino (2,1% do total). Merece ainda menção a extração vegetal, tendo por indicador a produção de madeira em tora (5,0% do total estadual). Juntamente com São José do Rio Claro e Nova Marilândia, Tangará apresentava uma estrutura agro-industrial constituída de duas unidades sucroalcooleiras, quatro unidades de beneficiamento do látex, duas unidades de beneficiamento de café, além de laticínios e arrozeiras.

Do ponto de vista sociodemográfico, a sub-região é bastante diversificada, com taxas de crescimento de até 21,8%, como no caso de Campo Novo do Parecis, e taxas negativas de até 7,9%, como Arenópolis. As taxas de urbanização dos municípios que compõem as sub-regiões atingem percentuais entre 60% e 90%, com exceção de Nova Maringá e Porto Estrela, que são predominantemente rurais.

A avaliação dessa sub-região quanto ao rendimento médio familiar per capita denota predominância das famílias de baixa renda, excetuando-se os municípios de Brasnorte e Campo Novo do Parecis.

### ***Centro-Sudoeste Mato-Grossense***

A região Centro-Sudoeste Mato-Grossense compreende as sub-regiões da Baixada Cuiabana e do Sudoeste, caracterizando-se pelos condicionantes ambientais da proximidade com o Pantanal (elevadas temperaturas, solos mais pobres, pedregosos e alagáveis). Sua dinâmica agropecuária é estruturada em latifúndios de pecuária extensiva e tradicional pantaneira e pequenas propriedades familiares de baixa renda e com baixo nível de modernização.

A sub-região da Baixada Cuiabana caracteriza-se pela presença do principal centro polarizador do Estado, representado pelos municípios de Cuiabá e Várzea Grande. Os outros municípios são Acorizal, Chapada dos Guimarães,

Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Rosário Oeste, Barão de Melgaço, Poconé e Santo Antônio do Leverger.

Esta sub-região articula-se com as demais regiões do Estado, sendo servida pelas rodovias BR-163, BR-364 e BR-070.

A sub-região da Baixada Cuiabana engloba diversas das porções da mais antiga ocupação do Estado de Mato Grosso. No meio rural, essa sub-região apresenta intensidade de uso do solo baixa ou muito baixa, com grande predomínio de pastagens, sendo variável o grau de modernização das relações de produção.

Atualmente, a sub-região abriga o maior núcleo polarizador estadual: a conurbação Cuiabá-Várzea Grande. Esta tem pouca expressão em termos de produção primária, destacando-se, no entanto, como maior praça comercial e centro prestador de serviços do Estado, além de abranger uma porção significativa da estrutura industrial.

Em 1995, segundo o Cadastro Industrial de Mato Grosso – FIEMT, estes dois municípios sediavam 929 estabelecimentos industriais (25,3% do total estadual), incluindo-se oito dos 13 estabelecimentos de grande porte (mais de 500 empregados) existentes no Estado. As principais matérias-primas processadas eram: acetato, ácido sulfúrico, aço, água, álcool, alumínio, areia, calcário, cimento, ferro, gesso, granito, hipoclorito de sódio, mármore, oxigênio, parafina, polietileno, PVA, plástico, vidro e zinco, além de açúcar, arroz, banana, batata, cevada, café, mel, soja, borracha, carne, couro, leite, madeira, papel e peixe.

Assim, Cuiabá-Várzea Grande destaca-se também por sua estrutura agroindustrial, constituindo-se num dos pólos estaduais de atração e beneficiamento da produção primária, que se expressa tanto pela concentração de grande parcela da capacidade de armazenamento do Estado (em Cuiabá, 10,1% ou 1.107,6 mil t), como pelo grande número de unidades processadoras: 25 abatedouros, nove curtumes, seis beneficiadoras de soja, oito beneficiadoras de café, laticínios e beneficiadoras de cereais, entre outras.

Nos demais municípios da sub-região, há forte predominância da pecuária (10,4% do rebanho bovino estadual e 9,3% da produção de leite), sendo pouco significativa a atividade agrícola no contexto estadual.

Os municípios situados ao norte na porção mais elevada da Baixada Cuiabana (Chapada dos Guimarães, Acorizal, Jangada, Nossa Senhora do Livramento, Nova Brasilândia, Planalto da Serra e Rosário Oeste) apresentavam, em 1991, uma densidade demográfica em torno de 2 hab/km<sup>2</sup>, com exceção do município de Jangada, com 5,8 hab/km<sup>2</sup>.

A forma de apropriação do território expressa-se pela combinação de grandes estabelecimentos, especialmente nos municípios de Chapada dos Guimarães e Rosário Oeste, com a presença de núcleos significativos de pequenos produtores, especialmente em municípios como Acorizal e Nossa Senhora do Livramento. Em todos os municípios, exceto Jangada, foram implantados projetos de assentamentos de trabalhadores rurais, um total de sete, com 42.550 ha e 493 famílias assentadas.

Nas atividades agrícolas, predominam os cultivos tradicionais, em particular o arroz (4,1% da produção do Estado) e a mandioca (21,6%). Os principais produtores de mandioca são os municípios de Rosário Oeste, Jangada, Nossa Senhora do Livramento e Chapada dos Guimarães. Na pecuária, esta sub-região participava, em 1994, com 4,2% do rebanho estadual e 6,0% da produção de leite, adquirindo destaque a suinocultura (Nossa Senhora do Livramento e Rosário Oeste) e a avicultura (Chapada dos Guimarães, com 42,3% do total estadual, Nossa Senhora do Livramento e Rosário Oeste).

O processo de modernização é recente, seja através da capitalização de grandes e médios estabelecimentos, seja através da integração localizada (avicultura) de pequenos e médios produtores às estruturas agroindustriais (sobretudo na Chapada dos Guimarães).

As atividades urbanas são pouco expressivas e a estrutura agroindustrial restringe-se a dois frigoríficos, uma destilaria de álcool, laticínios e beneficiadoras de arroz.

A porção pantaneira na parte sul da Baixada Cuiabana (municípios de Barão de Melgaço, Poconé e Santo Antônio do Leverger) caracteriza-se como área



consolidada, com amplo predomínio da pecuária extensiva. Em todos estes municípios, predominam os estabelecimentos muito grandes, com ampla participação destes na área total dos estabelecimentos rurais. Em Barão do Melgaço, por exemplo, os estabelecimentos com mais de 10.000 ha perfaziam, em 1995, 71,4% da área apropriada pelos estabelecimentos rurais.

Neste contexto, a intensidade de uso do solo apresentava-se baixa ou muito baixa, o mesmo ocorrendo em relação à modernização das relações de produção, exceto em Poconé, onde atinge nível médio, pela maior presença do trabalho assalariado.

Dada a proximidade com o núcleo polarizador Cuiabá-Várzea Grande, praticamente não existe, nestes três municípios, uma estrutura agroindustrial. Em 1994, o rebanho bovino local correspondia a 5,8% do montante estadual, enquanto o valor da produção agrícola era de apenas 0,6%, apresentando como único destaque a produção da mandioca (6,1%).

Quanto aos aspectos sociodemográficos, a sub-região Baixada Cuiabana é a que concentra maior parcela da população do Estado, devido à presença da capital, Cuiabá, com densidade demográfica de 134,3 hab/km, e do município de Várzea Grande com 200,5 hab/km. Estes dois municípios conurbados somaram 626.756 habitantes em 1996, ou 85% do total da Região.

A taxa de urbanização permaneceu constante entre 1991 e 1996 – cerca de 90%. No entanto, com exceção de Várzea Grande-Cuiabá, Poconé e Nova Brasilândia, os demais municípios apresentam predominância de população rural. O ritmo de crescimento (1,7% ao ano) é inferior à média do Estado (2,0% ao ano), congregando áreas de expulsão de população com outras de crescimento superior à média estadual. Tal situação se agrava com a imigração que entre 1991 e 1996 ultrapassava o saldo de crescimento total da região – o que revela intensa mobilidade populacional.

A sub-região Sudoeste caracteriza-se pela presença de um grande número de sedes urbanas, concentradas em sua porção norte. A rede urbana é polarizada por Cáceres e possui ainda os sub-centros de Pontes e Lacerda, São José dos Quatro Marcos e Mirassol do Oeste, além dos municípios de Araputanga, Vila Bela da Santíssima Trindade, Porto Esperidião, Jauru,

Figueirópolis do Oeste, Reserva do Cabaçal, Salto do Céu, Curvelândia, Nova Lacerda, Rio Branco, Araputanga, Lambari do Oeste, Glória do Oeste e Indiavaí.

O principal eixo estruturador é constituído pelas BR-070 e BR-174, pavimentadas, que possibilitam o acesso a Cuiabá e Vilhena.

A sub-região apresenta, como especificidade maior, a ampla predominância da atividade pecuária tradicional pantaneira, em grande parte ainda desenvolvida em pastagens naturais de áreas pantaneiras. Paralelamente, nas terras altas há uma forte tendência à modernização dessa atividade, ampliando-se com rapidez a extensão das pastagens plantadas e dos campos de engorda. No conjunto, a região responde por 17,2% do rebanho bovino estadual e apresenta uma estrutura agroindustrial referente a esta atividade, com cinco frigoríficos e cinco laticínios.

Nas terras altas, existem importantes núcleos de pequena agricultura, alguns oriundos de projetos de colonização da época do governo Getúlio Vargas, que combinam a pecuária com a produção de alimentos e insumos industriais, destacando-se as culturas de arroz, feijão, mandioca e a produção de leite – que correspondem, respectivamente, a 54,6%, 26,9%, 10,0% e 18,5% dos montantes estaduais em 1994.

Os municípios de Cáceres e Pontes e Lacerda estão entre os dez maiores produtores estaduais quanto à bovinocultura, suinocultura e à produção de leite.

Em Cáceres, em que pese a ampla predominância das pastagens no uso do solo, além do fato de constituir-se num dos cinco maiores produtores de bovinos do Estado (3,5% do rebanho estadual), a atividade agrícola constitui-se representar principalmente dos cultivos do algodão (10,3%), mandioca (6,4%) e feijão (5,8%). Nas atividades urbanas, Cáceres desempenha amplas funções, principalmente de centro comercial ainda extremamente significativo, com unidades agroindustriais de porte.

Em Pontes e Lacerda, a produção do látex é significativa, atingindo em 1994 13,7% do total estadual. No entanto, verifica-se a ampla expansão da pecuária

(expressão média e alta), assim como avanço significativo de agricultura moderna, atingindo expressão média no contexto local.

Pontes e Lacerda e Vila Bela da Santíssima Trindade possuem um rebanho equivalente a 5,2% do total estadual. Nestes dois municípios, localizam-se 13 dos 23 projetos de assentamentos de trabalhadores rurais, implantados pelo Incra na região. Os restantes situam-se nos municípios de Cáceres, Mirassol d'Oeste, Jauru, Porto Esperidião, Salto do Céu e Araputanga. No conjunto, estes projetos ocupam uma área de 102.779 ha e totalizam 3.500 famílias assentadas.

A dinâmica demográfica da sub-região é bastante diversificada, com municípios de pequeno porte, como Indiavaí (2 mil habitantes), e de médio porte, como Cáceres (77,5 mil). Ao todo, a sub-região tem 247.259 habitantes, apresentam entre 1991 e 1996 um ritmo de crescimento quase nulo, 0,3% ao ano. Esse resultado é devido, principalmente, aos municípios de Comodoro (8,8% ao ano) e Pontes e Lacerda (3,3% ao ano), pois os demais revelam expulsão de população no período. As taxas de urbanização dos municípios da sub-região Sudoeste são sempre inferiores a 75%, revelando baixos e médios graus de urbanização.

### **Escolas Agrotécnicas Federais**

A Secretaria de Educação do Estado de Mato Grosso tem a mesma concepção que o Proep acerca do ensino profissionalizante. Depois de ter extinguido todos os cursos estaduais profissionalizantes, está implementando os Centros Públicos de Formação Profissional (Cenfor). Nos locais onde existem escolas técnicas federais, a Secretaria de Educação procurará estabelecer parcerias entre as esferas de governo para que juntas ministrem os cursos profissionalizantes, conforme um dos agentes locais informou. Mas, em Cáceres, isto ainda não aconteceu. Segundo este agente o Estado está tentando viabilizar o repasse do ensino fundamental para o poder público municipal, ficando a seu cargo garantir somente o ensino médio.

### ***Região da Escola de Cáceres***

A região de Cáceres, na qual a Escola Agrotécnica Federal está inserida, pertence à sub-região Sudoeste, que faz parte da região denominada Centro-

Sudoeste Mato-Grossense no item Regionalização do Estado. Os municípios de Comodoro e Campos de Júlio, apesar de fazerem parte da região da escola, situam-se na região Centro-Oeste.

A região da Escola de Cáceres é composta por 19 municípios: Cáceres, Mirassol do Oeste, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Indiavaí, Jauru, Figueirópolis do Oeste, Porto Esperidião, Glória do Oeste, Pontes de Lacerda, Lambari do Oeste, Rio Branco, Curvelândia, Nova Lacerda, Salto do Céu, Vila Bela da Santíssima Trindade, Reserva do Cabaçal, Comodoro e Campos de Júlio. Quase todos esses municípios são originários da emancipação do município de Cáceres, fato que justifica o nome de “Grande Cáceres” dado por vários agentes entrevistados para a região onde está a escola.

A atividade econômica principal na região é a bovinocultura de corte (predominante) e de leite. Somente no município de Cáceres, são mais de 600 mil cabeças de gado. No total dos municípios da região, são mais de 3 milhões de cabeças. Em função disso, há cinco grandes frigoríficos na região, localizados nos municípios de Mirassol do Oeste, Araputanga, Quatro Marcos, Pontes de Lacerda e Cáceres. Com exceção do frigorífico de Pontes de Lacerda, todos os demais são voltados (e liberados) para a exportação de carne (mercados interno e externo). Também há cinco laticínios na região, quase todos localizados nos mesmos municípios onde estão os frigoríficos.

O predomínio da atividade pecuária, associado com a excelente qualidade do couro produzido na região devido à baixa incidência de bernes e carrapatos, foram os motivos que fizeram o governo do Estado de Mato Grosso eleger a região de Cáceres como pólo de atração para a indústria de couro<sup>25</sup> e, possivelmente, para a indústria de calçados e outros artigos de couro.

A atividade pecuária na região ainda é de caráter extensivo em sua maioria. No entanto, principalmente nos anos 90, vários melhoramentos vêm sendo introduzidos – melhoramento de pastagens, melhoramento do rebanho, uso de sal mineral, aplicação de vacinas e vermífugos, inseminação artificial, transferência de embriões, semiconfinamento na fase de terminação (ou

---

<sup>25</sup> Pelo seu enorme potencial poluidor, a indústria de couro precisa ser monitorada de forma adequada para não comprometer a outra fonte vital de recursos financeiros para a região, que é o ecoturismo no Pantanal Mato-Grossense.

engorda) – de tal forma que várias propriedades já apresentam um padrão de criação relativamente modernizado.<sup>26</sup>

Também tem contribuído para o melhoramento da pecuária na região a criação do Programa Mato-Grossense de Melhoramento da Pecuária de Corte (Prommepe), que visa a modernização da atividade, desde o manejo das pastagens até o momento de abate dos animais. Dentro deste programa está o incentivo fiscal para o abate de novilhos precoces, que só pode ser obtido com sucesso através de mudanças substanciais no processo produtivo. Até o momento, ainda é pequena a participação de novilhos precoces no total abatido na região (cerca de 20%, segundo o representante do Sindicato Rural de Cáceres), mas esta técnica está crescendo bastante nas propriedades que conseguiram juntar as fases de cria/recria e engorda, fazendo o ciclo completo do animal para o abate.

Devido ao clima quente observado na região, e também a sua rusticidade e bom rendimento, a principal raça de bovino presente nas propriedades é o nelore. Com manejo adequado, é possível mandar o animal para abate com 2,5 anos de idade. Quanto às forrageiras utilizadas, há predomínio da brachiária e do colonião nas pastagens plantadas, que são maioria na região (102.411 km<sup>2</sup> de pastagens plantadas, segundo dados do Indea). As pastagens naturais são observadas somente na região do Pantanal, nos municípios de Cáceres e de Porto Esperidião. É baixíssimo o uso de silagem e capineira nas propriedades rurais.

Segundo agentes locais entrevistados, a lotação média é de uma cabeça por alqueire na região de Cáceres, pois as áreas são muito grandes em algumas propriedades – há propriedades acima de 100 mil hectares na região, segundo dados do Incra. Esse detalhe é importante, pois é devido ao predomínio de grandes propriedades (acima de 10 mil hectares) que o nível de lotação das pastagens é baixo e não pelo fato da pecuária ser praticada no Pantanal (apenas Cáceres e Porto Esperidião tem área de Pantanal; os demais estão nas terras altas).

---

<sup>26</sup> Segundo agente entrevistado do Indea (Instituto Mato-Grossense de Defesa Agropecuária), há cerca de 200 fazendas modernas na região, num total de mais ou menos 6.000 propriedades rurais.

A maior parte dos pecuaristas da região provém de outros Estados, destacando-se São Paulo (principalmente os pecuaristas de Mirassol do Oeste), Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Paraná e Rio Grande do Sul. Pelo caráter extensivo da atividade pecuária, ela é pouco demandadora de mão-de-obra em geral e de técnicos especializados, em particular. Somente as fazendas modernizadas é que tem contratado médicos veterinários e técnicos agropecuários, segundo os agentes entrevistados.

Segundo os entrevistados, o padrão de contratação de mão-de-obra mais comum nas propriedades rurais da região é a contratação permanente de uma pessoa como capataz ou responsável encarregado pela propriedade (pode ser chefe de família ou não e residir na própria fazenda ou na cidade) e mais um flutuante em épocas de trabalhos como roçagem de pasto, “tiração” de madeira, construção de cercas, reparos nas cercas, etc.

Outra característica ainda marcante na pecuária de corte da região de Cáceres é a separação do ciclo produtivo entre as fazendas de cria/recria e as fazendas de engorda (invernistas). A menor parte das fazendas apresenta o ciclo completo (cria/recria/engorda). Estas poucas fazendas estão localizadas nas terras altas, ou seja, fora da área do Pantanal onde é impossível fazer a terminação do gado (engorda) devido às características locais. Um dos municípios mais tradicionais na fase de engorda do gado é Araputanga, segundo informações do Sindicato Rural de Cáceres.

Na pecuária leiteira, desenvolvida principalmente pelos pequenos e médios produtores, a região de Cáceres possui três grandes linhas de coleta de leite para os laticínios: uma dominada por empresa da região de Rondonópolis e as outras duas dominadas pela Coopnoroeste, a maior cooperativa da “Grande Cáceres”, localizada no município de Araputanga.

Por ocasião da pesquisa de campo, na penúltima semana de fevereiro de 2000, vários municípios da região de Cáceres estavam passando por sério problema em sua atividade pecuária devido às mudanças previstas para o funcionamento da Zona Tampão de combate à febre aftosa.<sup>27</sup> Os municípios da região com área na Zona Tampão são os seguintes: Cáceres (cerca de 50% da área total do município), Porto Esperidião, Pontes de Lacerda, Vila Bela da Santíssima Trindade, Nova Lacerda, Comodoro e Campos de Júlio, segundo técnico do Indea.

A criação da Zona Tampão é uma exigência da OIE (Organização Internacional de Epizootia), órgão que regulamenta e impõe as leis e regras de sanidade animal para o comércio internacional de carnes. Como o Brasil pretendia (e ainda pretende) ampliar sua participação no mercado internacional de carne bovina, entrou com pedido na OIE, através do Ministério da Agricultura, para obter os certificados para as áreas livres de febre aftosa. Recentemente, no final de maio de 2000, cinco estados do Circuito Pecuário Centro-Oeste (São Paulo, Paraná, Minas Gerais, Mato Grosso e Goiás), além do Distrito Federal, obtiveram o certificado de áreas livres de febre aftosa com obrigatoriedade de vacinação, podendo exportar a carne *in natura* para a Europa, Estados Unidos e Japão – mercados com sérias restrições à compra de carne de países com problemas sanitários no rebanho.

O objetivo da Zona Tampão é que ela funcione como um “escudo de proteção” para as áreas livres de febre aftosa. Para que o gado possa transitar da Zona Tampão para as áreas livres, o governo federal está regulamentando uma lei que obriga a realização de um teste de sorologia em todos os animais destinados ao abate, o qual deve ser repetido num intervalo de 15 dias.<sup>28</sup> Como

---

<sup>27</sup> Além da Zona Tampão, dois outros importantes temas estavam na agenda dos agricultores da região de Cáceres: a aplicação de uma lei federal regulamentando que numa faixa de até 150 Km da fronteira do Brasil com outros países nenhuma propriedade, que não tenha sido titulada pelo governo federal, tem valor legal; o cancelamento do registro do Incra dos imóveis rurais com área acima de 10 mil hectares que não haviam feito o recadastramento.

<sup>28</sup> Até o ano passado, havia um acordo que estabelecia a existência dos “corredores sanitários”, que permitiam o trânsito dos animais da Zona Tampão para as fazendas de engorda e frigoríficos das áreas livres. Estes “corredores” funcionavam da seguinte forma: quando um pecuarista queria vender um lote de animais para abate (ou engorda), este acionava o Indea, órgão estadual de defesa animal, para certificar que os animais estavam livres de febre aftosa. Com o aval do Indea, os animais eram abatidos na área livre. Neste ano, aumentou o rigor no controle da febre aftosa, com a imposição dos testes de sorologia.

são exigidos dois testes, o período máximo para a saída do gado sadio da Zona Tampão para os frigoríficos e fazendas de engorda das áreas livres será de cerca de um mês. O gado para consumo só pode sair abatido e desossado das áreas de Zona Tampão, para evitar a transmissão da doença (o vírus fica no osso do animal). Outro agravante apontado pelos agentes locais é a falta de kits para os exames de sorologia, pois na área compreendida pela Zona Tampão no Estado de Mato Grosso existem cerca de 3 milhões de cabeças de gado. Somente nos municípios da região de Cáceres são 1,5 milhão de cabeças (ou 50% do total da Zona Tampão do Estado).

O grande problema da região de Cáceres é que, por estar na fronteira com a Bolívia, país que está longe de erradicar a febre aftosa, e com o Estado de Rondônia, onde também existem focos da doença, a inclusão dos municípios na Zona Tampão deve ser permanente. Dependendo dos desdobramentos da lei citada anteriormente, pode haver sérios problemas para a atividade pecuária na região, inclusive com o acirramento do conflito de interesses entre os agentes econômicos dos municípios incluídos na Zona Tampão e aqueles das áreas livres.

Uma observação importante é que dos cinco grandes frigoríficos da região, apenas o de Pontes de Lacerda está na Zona Tampão (os demais estão nos municípios de Mirassol do Oeste, Araputanga, São José dos Quatro Marcos e Cáceres – este na área livre do município). Isso estava gerando problemas de abastecimento para os frigoríficos, pois o gado não pode transitar da Zona Tampão para a área livre de febre aftosa. Também estava ocorrendo queda no preço da arroba de carne pago aos produtores, especialmente para aqueles localizados na Zona Tampão. Por ocasião da pesquisa de campo, os frigoríficos estavam pagando cerca de R\$3,00 a R\$4,00 a menos pela arroba do boi, o que acarretava um prejuízo de até R\$60,00 por cabeça (abate com 15 arrobas, em média). Outro problema causado pela Zona Tampão é que ela separou as propriedades de cria e recria, de um lado, e as propriedades de engorda (invernistas) localizadas na área livre, fato que pode acelerar a instalação do ciclo completo de criação nas fazendas da região.

Para reduzir os prejuízos dos pecuaristas das áreas de Zona Tampão (não só as de Mato Grosso), que não podem movimentar o gado vivo para outros



Estados, o Ministério da Agricultura estava sugerindo a criação de uma comissão para discutir e propor medidas alternativas para reduzir as perdas dos produtores com a redução do preço da arroba da carne.

Além da pecuária bovina de corte e de leite, há também uma produção agrícola relativamente diversificada nos municípios que compõem a região. A maior parte desta produção é destinada para a subsistência dos pequenos produtores e está baseada na produção de alimentos básicos.

Os municípios de Comodoro e Campos de Júlio são os grandes produtores regionais de soja, milho e feijão. Já em São José dos Quatro Marcos e Mirassol do Oeste, municípios típicos de colonização feita por agricultores paulistas, há um pequeno pólo de fruticultura e também o cultivo de café. Segundo um dos entrevistados, neste municípios pratica-se a maior diversificação da produção agropecuária na região da “Grande Cáceres”, pois ambos também possuem pecuária expressiva.

Nos demais municípios, a característica principal é a associação da pecuária com uma agricultura de subsistência (arroz, feijão, mandioca, etc). Cáceres, o município pólo da região, tem como característica central a pecuária de corte. Há um projeto do governo do Estado de Mato Grosso, em parceria com o município (Secretaria da Agricultura), que se encontra em fase final de instalação da infra-estrutura, após 10 anos, para a produção irrigada de hortifrutigranjeiros no bairro do Facão, visando o abastecimento de Cáceres e região. A Prefeitura de Cáceres está construindo, e deve inaugurar em breve, o Mercado do Produtor, onde será centralizada a comercialização da produção de hortifrutigranjeiros dos produtores do município e região.

É importante registrar que boa parte desta agricultura de subsistência é de responsabilidade de produtores assentados nos projetos de reforma agrária na região. Segundo dados do Incra (regional de Cáceres) para o ano de 1998, havia 23 projetos de assentamentos na região, com 3.500 famílias assentadas (mais ou menos 13.500 pessoas). Além destes projetos, o Incra já havia cadastrado as famílias de outros 24 acampamentos de sem-terra na região, como futuras beneficiárias de novos assentamentos.

Os principais problemas para esta pequena produção, assentada ou não, são comuns aos existentes em outras regiões brasileiras: assistência técnica precária,<sup>29</sup> falta de recursos financeiros (vindos, basicamente, do Pronaf, que não é suficiente para atender a demanda), ausência de informações socioeconômicas que subsidiem a elaboração de projetos para as atividades nas quais tem chances de inserção no mercado (leite, frutas, hortaliças, etc.), infra-estrutura precária (estradas, irrigação, locais para comercialização, etc.).

Os 23 projetos de assentamento rural ocupavam uma área de 102.779 hectares em 1998. A área para cada família assentada varia de 25 a 100 hectares na região da "Grande Cáceres", sendo o valor médio de 33 hectares (muito baixo para os padrões da região). As culturas presentes nos assentamentos do Incra são milho, arroz, feijão, amendoim, mandioca, banana e abacaxi, além da pecuária de corte e de leite (suinocultura e avicultura são pouco expressivas).

Outra característica marcante da região de Cáceres é seu potencial para o turismo ecológico, tanto no Pantanal quanto nas chamadas terras altas. Segundo a Secretaria Municipal de Turismo de Cáceres (Sematur), há um projeto para a implantação do Pólo Ecoturístico do Alto Pantanal Mato-Grossense, que seria constituído pela reunião de 15 municípios do sudoeste de Mato Grosso que pretendem desenvolver o turismo sustentável de forma integrada. Os municípios envolvidos são: Cáceres, Mirassol do Oeste, Araputanga, São José dos Quatro Marcos, Indavaí, Jauru, Figueirópolis do Oeste, Porto Esperidião, Glória do Oeste, Lambari do Oeste, Rio Branco, Curvelândia, Salto do Céu, Reserva do Cabaçal e Porto Estrela. Vale salientar que apenas este último município não está contido na região da "Grande Cáceres", definida inicialmente.

Esse pólo ocuparia uma área de 46.148 km<sup>2</sup>, com uma população residente de 187.338 habitantes, sendo Cáceres o núcleo do mesmo. A posição de liderança de Cáceres se deve a sua importância político-econômica e também

---

<sup>29</sup> A Empaer, antiga empresa estadual de assistência técnica, foi transformada na Empa (pesquisa agropecuária somente) e está sucateada. Para os assentados, ainda há um certo apoio do Projeto Lumiar, que contrata técnicos agrícolas e agrônomos para prestar assistência técnica nos projetos de reforma agrária.

ao fato de ser o maior centro de serviços na região. O município possui cerca de 80 mil habitantes e sedia um campus da Universidade Estadual de Mato Grosso, a Escola Agrotécnica Federal, um hospital regional (em fase final de construção), um aeroporto de nível internacional (com poucos vôos regulares), e ainda vários órgãos estaduais e federais com atuação na região (Inkra, Indea, Empa, Ibama, Fema). Com relação aos serviços de apoio aos turistas, Cáceres possui cerca de 20 hotéis, 30 barcos-hotéis para passeios no Pantanal, 15 pousadas e hotéis-fazenda, 20 bons restaurantes com culinária regional e 15 empresas para transporte terrestre.

O município de Cáceres realiza o maior Festival Internacional de Pesca, principal evento turístico da região, realizado há 21 anos ( sempre no mês de setembro). Por ocasião do evento, Cáceres chega a receber quase 100 mil turistas, vindos de outras cidades do Estado de Mato Grosso, de outros estados brasileiros e até do exterior.

Na área do pólo, existem quatro unidades de conservação, sendo três federais e uma estadual: Estação Ecológica de Taiamã, Estação Ecológica Serra das Araras, Parque Estadual Serra de Santa Bárbara e Parque Nacional do Pantanal Mato-Grossense.

De acordo com a Sematur, para que a proposta do pólo de ecoturismo tenha sucesso, é necessário, além da articulação entre os municípios, capacitação de equipes municipais responsáveis pelo projeto, envolvimento da sociedade no planejamento e nas decisões, investimento na melhoria dos serviços e da infraestrutura (principalmente saneamento básico e destino de resíduos sólidos), investimento na formação de mão-de-obra local para atuar no setor de serviços, identificação e documentação dos principais atrativos naturais, históricos e culturais do pólo. Também é fundamental o apoio da Empresa Brasileira de Turismo (Embratur) para o reconhecimento do Pólo Ecoturístico do Alto Pantanal Mato-Grossense e sua habilitação para recebimento de recursos financeiros que visem sua efetiva estruturação, como os provenientes do Plano Nacional de Municipalização do Turismo (PNMT) e do programa de apoio ao turismo ecológico (Proecotur).

A criação do pólo ecoturístico permitiria que a região de Cáceres reorientasse o sentido do turismo, hoje extremamente dependente da pesca

(muitas vezes ilegal e predatória). A região é muita rica em pontos turísticos, como cavernas, grutas, antigas fazendas produtoras de cana-de-açúcar e criadoras de gado no pantanal, trilhas e passeios por exuberante fauna e flora, construções antigas de bela arquitetura. Esse grande potencial ainda é muito pouco explorado pelos municípios da região.

Para manter e até ampliar as atividades turísticas listadas anteriormente, impõe-se um sério trabalho de preservação ambiental, principalmente pelo fato de o Pantanal, maior atrativo da região, constituir-se num ecossistema muito frágil e constantemente submetido a ameaças de degradação.

Segundo técnicos da Fundação Estadual de Meio Ambiente (Fema), há um conflito permanente entre as atividades da agropecuária e os ecossistemas da região (pantanal e florestas). As exigências de reserva legal (50% da área das propriedades, embora haja tolerância para 20% na região de Cáceres) e áreas de preservação permanente precisam de acompanhamento severo para que sejam respeitadas pelos agricultores. De acordo com a Fema, o Estado do Mato Grosso é o recordista nacional em número de queimadas.

Há um projeto do governo estadual para obrigar os agricultores a repovoarem, com espécies nativas, as áreas degradadas. O projeto deve começar nas propriedades acima de 10 mil hectares e pode ter um impacto positivo do ponto de vista da proliferação de viveiros públicos (Estado e prefeituras) e privados (inclusive dos próprios produtores) para atender a demanda por mudas e, também, no mercado de trabalho para técnicos agropecuários, engenheiros agrônomos e florestais, pois será necessário, mais do que a elaboração de um projeto de recuperação de áreas degradadas, mas também um acompanhamento contínuo dos trabalhos, com emissão de relatórios.

Quanto ao Pantanal, as principais manifestações de preocupação dos técnicos da Fema estão relacionadas à contaminação progressiva das águas por defensivos agropecuários e ao grave assoreamento dos rios, devido à grande devastação da mata ciliar. Como o Pantanal é a parte mais baixa do

Estado, a terra acaba chegando nos seus rios, o que pode levar a um assoreamento completo dos corpos de água da região.<sup>30</sup>

O fato de o governo de Mato Grosso ter elegido a região de Cáceres como pólo de atração para a indústria de couro, altamente poluente, não preocupa os técnicos da Fema. Segundo eles, qualquer indústria que pretenda se instalar no Estado deve apresentar um rigoroso projeto de controle ambiental. Para iniciar o processo produtivo, toda empresa tem que obter três licenças, emitidas pela Fema: licença prévia, licença de instalação e licença de operação. Para poder atuar na região, a indústria de couro terá que cumprir todas essas exigências.

Como a pesca ainda é o principal atrativo da região, há um esforço para combater a pesca predatória, apesar dos poucos recursos humanos e materiais da Fema em Cáceres. Este ano, houve um gravíssimo problema com a pesca: devido ao fenômeno “La Niña”, não choveu na região do pantanal no período outubro-dezembro, época da piracema. Como o nível dos rios não subiu o suficiente, os peixes não desovaram. Seguindo a lei estadual que regulamenta os períodos legais da pesca, o governo do Mato Grosso liberou a atividade em fevereiro (o período de proibição vai de outubro a janeiro). Segundo técnicos da Fema, muitos peixes estavam sendo capturados sem terem desovado, o que pode acarretar um sério problema de reprodução das espécies nos próximos anos, com graves consequências para a economia regional.

### ***Escola Agrotécnica Federal de Cáceres***

A Escola Agrotécnica de Cáceres, primeiramente, foi uma instituição de ensino do Estado de Mato Grosso, concebida através de um programa estadual de expansão e melhoria do ensino técnico profissionalizante, onde houve a participação do Ministério da Educação e da Prefeitura Municipal de Cáceres. Para sua edificação, foram utilizados recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

---

<sup>30</sup> Há uma preocupação dos ambientalistas que este problema agrave-se com a consolidação da Hidrovia Paraná-Paraguai, pois as balsas, de grande porte, “raspam” os barrancos dos rios, fazendo com que muita terra caia nos mesmos. Além disso, a formação de ondas, pela movimentação da balsa, também “come” os barrancos, assoreando os rios.

As atividades educacionais da EAF tiveram início em agosto de 1980, com o curso técnico de nível médio em Agropecuária, concomitante com o ensino propedêutico.

A gestão estadual da escola teve pouca duração, pois o governo, devido aos custos de manutenção, solicitou ao MEC que encampasse a instituição. Desde 1990, a escola está subordinada ao governo federal, tendo sido reformulada para transformar-se em escola agrotécnica federal.

Em 1997, a EAF cadastrou-se no Proep. O projeto foi entregue em 1998 e, em 04/05/99, foi assinado o convênio. Os motivos que levaram a escola a buscar os recursos do Proep, segundo alguns entrevistados foram: os recursos financeiros para o crescimento da instituição, em fase do potencial turístico e agropecuário da região de Cáceres, e também como contraponto aos constantes cortes orçamentários por parte do governo federal.

As atividades educacionais da EAF, atualmente, compõem-se dos cursos técnicos em agropecuária, engenharia florestal (implantado em 1995), agricultura e zootecnia (estes, implantados em 1998), todos concomitantes com o ensino médio, e do curso em nível pós-médio em processamento de dados (informática). Há ainda os cursos básicos, de curta duração, que capacitaram em torno de 1.200 pessoas em 1999, independentemente do seu nível de escolaridade. Os cinco cursos técnicos regulares possuem 439 alunos. Desse total, 319 cursam também o ensino médio na escola, mas com matrículas separadas, conforme exigência do Proep.

**Tabela 123**  
Número de Alunos por Curso Regular  
Escola Agrotécnica Federal de Cáceres  
1999

Cursos	Alunos
<b>Total</b>	<b>439</b>
Agropecuária	102
Agricultura	77
Zootecnia	98
Florestal	87
Informática	75

Fonte: EAF de Cáceres.

Esse número significativo de matrículas no ensino médio ainda se mantém devido aos problemas que surgiram em 1998. Neste ano, a escola, em atendimento à reforma pretendida pelo Proep, reduziu em 50% sua clientela

para o ensino médio, com vistas à sua extinção gradativa até 2003. No entanto, este procedimento gerou alguns problemas, que resultaram em desestímulo e conseqüente desistência de alunos que faziam apenas a parte técnica na EAF e o ensino médio na cidade de Cáceres – como relatou um dos entrevistados. As principais causas apontadas para desistência dos cursos técnicos foram as seguintes:

- acúmulo de provas e trabalhos para os alunos, pelo fato de freqüentarem duas instituições diferentes, com calendários distintos;<sup>31</sup>
- aumento de ônus financeiro para os alunos (transporte, uniforme, materiais escolares, etc.);
- distância da EAF do perímetro urbano de Cáceres (cerca de 12 Km);
- maior contingente de alunos da EAF (70%) é de fora do município.

Assim, a EAF teve que retroceder em sua intenção, passando a oferecer o mesmo número de vagas no ensino médio (com matrículas separadas do ensino técnico). Esse fato, aliado à melhor qualidade do seu ensino, trouxe de volta os alunos.

Além dos cursos regulares, a escola oferece cursos de pequena duração, voltados para a qualificação profissional, que são garantidos através de parcerias com outras instituições localizadas na cidade de Cáceres, como por exemplo, o Sebrae e o Senai. A escola também promove algumas atividades de difusão de tecnologia e assistência técnica junto a alguns pequenos produtores familiares do município, como a Associação dos Produtores da Vila Aparecida (Aprovila) e a Associação dos Produtores Rurais da Vila Facão (Aprofac). Juntamente com outras instituições de ensino e pesquisa, a EAF realiza uma série de atividades de estágios e produção acadêmica (cooperação técnica), além dos contatos com empresas privadas e públicas para o estágio obrigatório dos alunos.

---

<sup>31</sup> O aluno, ao freqüentar duas instituições distintas, com grades curriculares específicas, sem ligação uma com a outra, enfrenta uma série de conflitos. Por exemplo, quando os alunos têm dia de campo (atividade ligada à formação prática do aluno) na EAF ou em outras cidades e precisam permanecer na escola mais tempo que o estipulado, podem ficar com falta na escola de ensino médio, além de perderem a matéria lecionada naquele dia, prejudicando seu desempenho.

Há também um convênio de cooperação técnica com a ABCCP (Associação Brasileira dos Criadores de Cavalos Pantaneiros) para preservação da raça e uma parceria com a Prefeitura de Cáceres, que bancou a contratação de um técnico para a abertura do laboratório de análise de solos na EAF. Em contrapartida, exigiu que todos os produtores cadastrados por ela sejam beneficiados com um desconto de 50% quando demandarem os serviços do laboratório.

A escola, seguindo a concepção do Proep de uma nova proposta de ensino e gestão da instituição, vislumbrou um aporte alternativo de investimentos para auxiliar na busca de recursos próprios para a instituição, fato que, segundo um dos agentes, “é condição essencial para uma administração gerencial de qualidade”, em contrapartida à progressiva redução dos recursos provenientes da União nos últimos anos.

Neste sentido, além de implementar mudanças na grade curricular, a escola construiu dois novos laboratórios (um de solos e outro de microbiologia) e está concluindo as obras de um laticínio, para serem equipamentos mistos, de ensino e de geração de renda. Os dois laboratórios, apesar de estarem prontos e equipados, tiveram problemas quanto ao seu funcionamento. Como a EAF só pode contratar novos funcionários em regime temporário, com duração máxima de um ano, os profissionais da área não têm mostrado interesse em se deslocar para o município. Até agora, apenas o laboratório de solos foi aberto, graças a um convênio com a prefeitura local, que cedeu um profissional para trabalhar na EAF. Diga-se de passagem que o laboratório de análise de solos montado na escola, com recursos do Proep, é o mais moderno do Estado de Mato Grosso, segundo a diretoria da EAF.

Esta forma de contratação temporária também tem levado a escola a concentrar muitas disciplinas por docente, pois é muito difícil recompor o quadro de professores adequado às novas atividades. O quadro funcional da escola apresenta um total de 101 funcionários, sendo 28 docentes em RJU (Regime Jurídico Único), quatro docentes em regime temporário (contratação de um ano) e 69 servidores administrativos em RJU.

Em termos orçamentários, do valor total do projeto aprovado pelo Proep para a escola (R\$2.057.316,80), os itens equipamentos e infra-estrutura



concentram 64% dos gastos. Do total aprovado, foram liberados R\$ 990.000,00 até agosto de 1999, conforme informações obtidas na pesquisa de campo, dos quais a escola gastou apenas R\$ 708.000,00, devido a alguns problemas burocráticos do processo de licitação.<sup>32</sup>

**Tabela 124**

Valor dos Investimentos, segundo a Categoria Econômica da Despesa  
Escola Agrotécnica Federal de Cáceres

Categoria Econômica da Despesa	Valor (R\$)
<b>Total</b>	<b>2.057.316,00</b>
Infra-Estrutura Física	437.437,80
Equipamentos	893.981,00
Capacitação e Treinamento	295870,00
Material Pedagógico	40.840,00
Consultoria	231.988,00
Serviços	157.200,00

Fonte: EAF de Cáceres.

Como pode ser visto, o projeto de reformulação da EAF de Cáceres é recente, mas já apresenta algumas questões para sua avaliação no campo pedagógico (conteúdo e estrutura), no financeiro (quanto à sua sustentação e manutenção), na relação do aluno com a escola, na relação entre os ensinos médio e técnico ministrados por instituições diferentes e com finalidades distintas.

Em termos pedagógicos e de relação entre instituições, é preciso considerar que o ensino médio ministrado na EAF tem o seu conteúdo voltado para a realidade do ensino técnico, existindo uma complementariedade entre eles, o que ajuda o aluno na sua formação profissional e pessoal. Outro ponto a ser destacado é a excelente estrutura didática da EAF em termos de laboratórios, bibliotecas, materiais e equipamentos (vídeo, projetor, etc.), que as escolas municipais e estaduais de Cáceres não têm.

Outro ponto é que, ao separar os ensinos técnico e médio, os cursos da EAF praticamente ficam restritos aos jovens residentes em Cáceres e/ou aos que já concluíram o ensino médio e têm condições próprias de se manterem na

<sup>32</sup> Estes problemas foram decorrentes da defasagem dos preços de alguns equipamentos contidos no projeto e os de mercado, devido à inflação e desvalorização cambial, já que o projeto foi feito em 1997 e a compra em 1999. Esta defasagem de preços fez com que algumas compras tivessem de ser autorizadas pelo MEC, em Brasília, visto que deveriam ser complementadas. Isto fez com que o processo de compras demorasse mais que o previsto e, conseqüentemente, impossibilitou a escola de fazer uso de toda a verba pretendida para seu projeto em 1999.

cidade, já que a EAF está reduzindo o número de alunos em regime de internato e fechou o refeitório, como forma de reduzir seus custos.

Esses fatos têm forte repercussão, pois cerca de 70% dos alunos da EAF são de outros municípios da região, o que eleva os custos familiares para sua manutenção em Cáceres. Isso pode fazer com que muitos jovens desistam de estudar na escola, principalmente os de outras regiões e os de origem na pequena produção familiar.

Outro aspecto a ser salientado no campo pedagógico é a relação entre as estruturas e equipamentos que estão sendo direcionados para a geração de renda e o processo de aprendizado. Por exemplo, o laboratório de solos, para preservar sua credibilidade no mercado, não pode cometer erros de análise. Portanto, pode ser que para os alunos fiquem restritos somente às análises do solo coletado na própria escola, restringindo o universo de conhecimento dos mesmos neste campo do ensino profissionalizante.

Também foi ressaltado que a escola aumentou muito suas atividades de ensino técnico com a abertura de novos cursos e com a implantação de novas unidades (laboratório de solos e microbiologia), com os recursos advindos do Proep. No entanto, não está conseguindo trazer profissionais qualificados para trabalhar nessas atividades, porque só pode contratar em regime temporário (duração de um ano). A EAF ainda não está autorizada pelo MEC a fazer concursos, e com isso é difícil atrair profissionais qualificados para a região, apesar do bom salário que a escola oferece (R\$ 1.500,00, para iniciantes sem mestrado).

Na questão financeira, observa-se a tendência de queda dos orçamentos das escolas em geral, o que afeta sensivelmente a manutenção dos objetivos pretendidos com a adesão ao Proep e do que já existe na escola (infra-estrutura, rebanhos, equipamentos, etc.). Na escola de Cáceres, o orçamento repassado pela União já caiu algo em torno de 50% desde 1997. Neste mesmo período, a escola ampliou sua grade curricular de dois para cinco cursos técnicos, suas edificações e seus equipamentos com os recursos vindos do Proep, o que tornou seu custo de manutenção sensivelmente maior. As parcerias atuais, por enquanto, contribuem muito pouco para a manutenção autônoma da escola, do ponto de vista da obtenção de recursos próprios.

### ***Região da Escola de Cuiabá***

A Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá situa-se geograficamente na Serra de São Vicente entre duas regiões com características bastantes distintas, nomeadas pelos agentes entrevistados como Baixada Cuiabana e Chapada, que compõem a região na qual a escola está inserida. Os limites desta região podem ser definidos pelo conjunto dos municípios situados ao longo do eixo Cuiabá-Rondonópolis.

Estas regiões são referidas como sub-região Baixada Cuiabana, que faz parte da região Centro-Sudoeste, e região Sudeste no item regionalização do Estado do Mato Grosso adotado nesta pesquisa.

A Baixada Cuiabana, localizada ao sul de Cuiabá, é de ocupação mais antiga (colonização de mais de 200 anos). Na região desenvolve-se a pecuária extensiva, os cultivos de subsistência e a pesca, apresentando alguns dos condicionantes ambientais do Pantanal Mato-Grossense.

Em que pese abrigar a capital do Estado, é uma região onde sobrevivem populações tradicionais compostas ainda por famílias de pequenos posseiros que convivem com constantes conflitos fundiários (grilagem). A pesca praticada no Rio Cuiabá ainda é atividade de importância para as populações ribeirinhas. Os maiores proprietários da região apóiam-se na pecuária bovina de corte desenvolvida de forma extensiva e em menor escala na produção leiteira.

Chama a atenção o grande número de assentamentos rurais ou áreas de regularização fundiária nas terras próximas a EAF de Cuiabá. Segundo um dos entrevistados, só na Baixada Santoantoniense (Município de Santo Antônio do Leverger) existem mais de 1.800 famílias assentadas (de 5.000 a 6.000 pessoas), em lotes que variam de 5 a 60 hectares, onde se cultivam a mandioca e hortifrutícolas (nas poucas áreas irrigadas), com a produção excedente sendo comercializada nas feiras de Cuiabá. Alguns destes assentamentos chegam a gerar núcleos tipicamente urbanos, concentrando moradias em “vilas”, onde se desenvolvem atividades de comércio e de serviços.

Em termos de mão-de-obra, segundo os entrevistados, predomina nesta região a ocupada pela agricultura familiar, carente de programas públicos

direcionados para a melhoria do rebanho leiteiro, o fomento da hortifruticultura e assistência técnica.

A outra região, a Chapada, localizada no Sudeste do Estado caracteriza-se pela ocupação, principalmente nos últimos 10 anos, por migrantes oriundos do Sul do país, que implantaram cultivos segundo um moderno padrão tecnológico e de base empresarial, assemelhando-se a outras regiões que compõem o Cerrado brasileiro. Nesta ainda encontra-se uma pecuária extensiva desenvolvida nas terras de menor altitude.

Nesta região, encontra-se a produção de sementes (principalmente de soja e em menor escala de algodão), de grãos (soja, algodão, milho, sorgo, milheto, girassol e feijão irrigado) e de cana-de-açúcar concentrada em quatro usinas. A maioria dos produtores de sementes o fazem de forma não associada aos grandes grupos (Pioneer e Monsanto), que, paulatinamente, concentram este tipo de produção no Cerrado, especialmente no Triângulo Mineiro. Segundo um dos entrevistados, os produtores de sementes resistem a se associar a estas empresas, embora esta seja uma tendência na região.<sup>33</sup> A maioria dos produtores de grãos são especializados nesta atividade, com a produção voltada para a exportação e mercados do Sul do País.

O que diferencia a região da Chapada de outras do cerrado com ocupação mais antiga (MG e GO) é o baixo nível de industrialização da produção agrícola, apesar da presença de empresas do porte da Sadia, Cargill, ADM, Ceval e Carroll's.

A Sadia iniciou suas atividades na região com a instalação de um frigorífico de carne bovina em Várzea Grande (Baixada Cuiabana), a produção de frangos vivos destinados aos mercados de Cuiabá, Norte e Nordeste do Brasil e a instalação de postos de recebimento de grãos em alguns dos municípios da Chapada. Posteriormente, concentrou suas atividades na produção de frangos próprios e de terceiros (produção verticalizada) nos municípios de Dom Aquino, Jaciara, Chapada dos Guimarães, Santo Antônio do Leverger e Campo Verde, que respondem por mais de 80% de sua produção; e no recebimento de grãos

---

<sup>33</sup> Segundo um dos entrevistados, somente quatro produtores já detêm 40% da produção de sementes da região. Dos quatro maiores produtores de sementes, apenas um é associado a uma das grandes empresas de sementes.

oriundos de Campo Verde, Primavera, Jaciara e Norte do Mato Grosso em suas unidades de Campo Verde, repassando os postos de recebimento localizados em outros municípios da região para outras empresas.

Para um dos entrevistados, em que pese a matéria-prima ser barata em relação a outras regiões produtoras de grãos, a distância dos centros consumidores, o alto custo da energia elétrica, a mão-de-obra e a ausência de políticas articuladas localmente são alguns dos fatores que restringem a vinda de empresas agroindustriais para a região. Já para outro, a vinda dessas agroindústrias é uma questão de tempo e a consolidação da produção primária podendo ofertar matéria-prima a um baixo custo e as possibilidades de transporte via hidrovias e ferrovias atrairão as indústrias para a região.

A possibilidade de transporte ferroviário da produção de grãos tem gerado um debate na sociedade mato-grossense sobre seu trajeto associado ao tipo de desenvolvimento para a região e para o Estado de Mato Grosso. Para alguns, a ferrovia deve passar por um centro (Cuiabá) que dinamize a industrialização de forma a internalizar a agregação de valor a produção agrícola da região e do Estado. Para outros, ela deve apenas melhorar as condições de escoamento da produção agrícola, tornando-a mais competitiva em relação à de outros estados produtores.

Em todo caso, o que se observa é que o custo da matéria-prima tem servido mais como atrativo de empresas ligadas ao ramo de produção de carnes. Segundo um dos entrevistados, foi este fator que determinou a vinda para a região da Carroll's,<sup>34</sup> que destina sua produção de suínos também para o Sul do país, onde a carne será processada (industrializada).

As empresas que canalizam a produção de grãos na região (Cargill, ADM e Ceval, por exemplo) o fazem através de estruturas de armazenamento voltadas para exportação (Porto de Santos e Paranaguá) e mercados do Sul do país, revelando a aptidão dominante da região como produtora de matéria-prima destinada à mercados externos a região e ao Estado de Mato Grosso.

---

<sup>34</sup> De acordo com este entrevistado, a Carroll's é a segunda maior empresa dos EUA no ramo da suinocultura e o custo dos grãos na região é inferior em 15% no milho produzido em Goiás e em 30% na soja produzida no Sul do país.

Quanto à mão-de-obra empregada nesta região, segundo os entrevistados, o padrão da agropecuária praticada na Chapada é poupador de mão-de-obra. A agricultura desenvolvida em moldes empresariais, com elevada absorção de insumos e maquinários modernos, restringe a absorção de trabalhadores, à exceção da lavoura de algodão, que ainda mantém algum trato cultural não mecanizado (capina manual).

Segundo um dos entrevistados, a mão-de-obra empregada na produção de sementes e grãos pode ser classificada em três níveis. Uma é a braçal, que não apresenta exigências para sua contratação, sendo empregada nos cultivos manuais,<sup>35</sup> nas unidades de beneficiamento em atividades como limpeza e transporte de sacarias. Outra é a semi-especializada, que tem como exigências para contratação as habilidades dos trabalhadores, sendo empregada como operadores de máquinas agrícolas e de beneficiamento que respondem aos chefes de equipes. Por último, a técnica (nível médio) empregada como encarregados das unidades de beneficiamento e de produção agrícola (própria ou de terceiros) e que exercem funções de execução e acompanhamento de acordo com planilhas de atividades definidas em conjunto com a gerência de produção (nível superior).

Ainda de acordo com este entrevistado, e tomando como exemplo sua empresa, na mão-de-obra semi-especializada, apesar de a empresa não exigir escolaridade, dificilmente encontra-se um trabalhador analfabeto e geralmente não passam do ensino fundamental. Como dito anteriormente, as habilidades ainda são mais valorizadas que a escolaridade, mas a tendência aponta, segundo este entrevistado, para a conjunção destes dois fatores (habilidade conjugada a escolaridade), principalmente para as novas contratações. Esta tendência já se confirma nas atividades de controle de pragas,<sup>36</sup> onde um maior conhecimento abstrato (nível médio) é exigido, dada a complexidade de elementos a serem tratados ou avaliados (grau de infestação e de prejuízo da

---

<sup>35</sup> Esta mão-de-obra cresce com a expansão do cultivo do algodão, sendo empregada na capina – combinada ou não a capina química –, dado ainda apresentar um custo menor do que aquela realizada com herbicidas, mas segundo um dos entrevistados a tendência dos produtores é diminuir sua participação relativa.

<sup>36</sup> Atualmente os profissionais que exercem estas atividades são chamados de monitores de campo – técnicos de nível médio – e não mais de praguistas – mão-de-obra semi-especializada.

lavoura, estágios de desenvolvimento das pragas, melhor período para efetivar o controle, tipo e quantidades de venenos a serem aplicados, por exemplo).

Esta situação coloca a escola diante de duas realidades regionais distintas em termos de ocupação e perfil socioeconômico. Segundo um dos entrevistados, a EAF foi fundada quando na região só se praticava agricultura nas baixadas com solos férteis, dado que não se dispunha de tecnologias apropriadas para a exploração dos cerrados, fazendo com que ela se ligasse mais a Cuiabá. Atualmente, com a ocupação do Cerrado, a agricultura moderna praticada na Chapada se aproximou da escola, colocando-a diante de uma nova realidade.

### ***Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá***

Em 14 de abril de 1943, após a conclusão das construções necessárias (autorizadas em 4 de julho de 1939), o Presidente Getúlio Vargas assinou decreto-lei criando o Aprendizado Agrícola, vinculado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura, em área de propriedade da União, no alto da Serra de São Vicente, originada de uma doação.

Em 13 de março de 1978, foi autorizado pelo Departamento de Ensino Médio do Ministério da Educação e Cultura o funcionamento do Curso Técnico em Agropecuária, que foi instalado em abril do mesmo ano.

A Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá possui 5.000 ha de área total e 30.599 m<sup>2</sup> de área construída, localizada no Km 329 da rodovia BR 364, a 86 Km da capital do Estado, no distrito de São Vicente da Serra, extremo leste do município de Santo Antônio do Leverger, tendo parte de sua área no extremo sudoeste do município de Campo Verde, cuja sede é o núcleo urbano mais próximo, estando situado a 43 Km da escola. O segundo núcleo urbano mais próximo, Jaciara, tem sua sede a 56 Km de distância.

De acordo com o projeto Programa de Reforma do Ensino Profissional - Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá-MT (EAFC-MT,1998), o quadro docente da escola é composto de 31 professores, distribuídos do seguinte modo: 11 graduados, 15 com especialização em nível de pós-graduação e 5 com título de mestre nas áreas de Educação Pública (2), Agricultura (2) e Zootecnia (1),

sendo que há 2 professores afastados para capacitação em nível de mestrado nas áreas de Fitotecnia e Nutrição Animal e 2 professores afastados para capacitação em nível de doutorado nas áreas de Agricultura e Zootecnia, com previsão de conclusão para 1998. A escola possui ainda 3 professores substitutos e 73 técnicos administrativos.

Atualmente, segundo informações do diretor da escola são oferecidos os seguintes cursos regulares de nível médio:

- Curso Técnico em Agropecuária – 94 matriculados, em 3 turmas
- Curso Técnico Agrícola / habilitação em Agricultura –105 matriculados
- Curso Técnico Agrícola / habilitação em Zootecnia –103 matriculados
- Curso Técnico Agrícola / habilitação em Agroindústria – 85 matriculados
- Subtotal – 387 alunos matriculados.
- São também oferecidos cursos profissionais, com duração de 18 meses:
- Agricultura – 38 matriculados
- Zootecnia – 29 matriculados
- Informática (com ênfase em Agronegócios) – 60 matriculados
- Subtotal – 127 alunos matriculados
- Total – 514 alunos matriculados

Em 1995, foram matriculados nos cursos regulares de nível médio 337 alunos no regime de residência, 29 no de semi-residência e 11 no regime de não-residência. Segundo o diretor da escola, atualmente estão matriculados 230 alunos no regime de residência, número que deve ser reduzido paulatinamente até o limite de 180 alunos, em função dos custos de manutenção e da necessidade de adequação orçamentária.

Ainda segundo o diretor, em 1984 apenas 25% dos matriculados tinham vínculo com o meio rural. Hoje, em função de uma política de prioridade para filhos de agricultores, esse quadro foi revertido, sendo que 75% dos atuais matriculados têm vínculo com o meio rural. Do total dos alunos matriculados em 1995, apenas 04 eram residentes em outros estados e os demais provinham de 64 municípios do Estado de Mato Grosso.



Além dos cursos citados, a EAFC-MT deverá instalar a partir deste ano o Curso Superior de Tecnologia de Alimentos, que funcionará nas dependências da escola, contando com seu atual quadro docente. A EAFC-MT também já iniciou as obras do Centro de Educação Permanente, que viabilizará a implantação de Cursos de Aperfeiçoamento, Qualificação e Requalificação Profissional por Tutoria à Distância, oferecendo 100 novos cursos através dessa modalidade.

A EAFC-MT desenvolve também uma série de parcerias que viabilizam a oferta de cursos rápidos e básicos de diversos temas específicos. O projeto Programa de Reforma do Ensino Profissional - Escola Agrotécnica Federal de Cuiabá - MT lista 27 termos de convênios e parcerias realizados pela escola com a Universidade Federal de Mato Grosso, Sebrae/FAT, Senar, Famato, Empaer-MT, Ceval, Sadia e Ibama. Os cursos que qualificaram maior número de pessoas entre 1993 e 1995 foram: Inseminação Artificial (664), Operador de Micro Computador (638), Apicultura - Módulos I, II e III (367), Secagem e Armazenamento de Grãos (346), Embutidos e Defumados de Suínos (330) e Manutenção de Máquinas Agrícolas (169). As parcerias também viabilizaram diversos seminários e encontros de nível estadual, promovidos pela escola com temas como suinocultura, avicultura, apicultura e piscicultura.

A partir de 1996, a EAFC-MT dividiu suas Unidades Educativas de Produção existentes na fazenda da escola em dois departamentos com objetivos distintos: um de apoio aos projetos pedagógicos e outro visando a arrecadação de recursos para a escola, com uma visão empresarial dinamizando parcerias, projetos econômicos e de prestação de serviços.

Em 1995, as receitas obtidas com atividades econômicas da fazenda da escola foram responsáveis por 7% das receitas totais da EAFC-MT. A política de redução do número de alunos no regime de residência pode, no entanto, ter conseqüências sobre a expansão dessas atividades, porque uma parte importante da mão-de-obra necessária é fornecida pelos alunos residentes.

Do mesmo modo, mesmo para o caso da EAFC-MT, onde há uma escola estadual localizada na própria sede da fazenda da EAFC-MT, a separação definitiva do ensino de nível médio também pode contribuir para diminuir a disponibilidade dos alunos para tarefas agropecuárias, sejam de cunho

pedagógico ou econômico, em virtude da inadequação dos horários e calendários, levando na prática a um desestímulo da concomitância entre ensino de nível médio e profissional.

A administração da escola se dá através de três conselhos: Conselho Diretor, Conselho Técnico Profissional e Conselho Técnico Empresarial. Através do Conselho Técnico Empresarial, foram formados conselhos específicos por curso oferecido, dos quais participam profissionais de empresas agropecuárias e agroindustriais, conselhos profissionais, técnicos do governo, membros da comunidade vinculados aos temas dos cursos e que opinam sobre o perfil do técnico que a Escola deveria estar formando para acompanhar as mudanças do mercado de trabalho.

Quase dois mil profissionais foram envolvidos neste trabalho de coleta de sugestões para o aperfeiçoamento da qualidade da formação oferecida pela escola, segundo seu diretor. Esse trabalho tem o acompanhamento de um professor coordenador de relações empresariais e constitui um importante esforço de articulação com agentes relevantes no desenvolvimento agropecuário da região.

Representa também a medida do esforço de adaptação que a escola está fazendo às demandas tanto da região da Chapada, onde se localiza a agricultura moderna tecnificada, como das comunidades próximas de pequenos produtores da região da Baixada Cuiabana.

Segundo declaração do seu diretor, a EAFC-MT foi uma das primeiras a ter seu projeto pedagógico aprovado de acordo com as novas diretrizes da LDB, e também uma das primeiras que apresentou o projeto ao Proep. Seguindo estas diretrizes, a escola está se reestruturando e viabilizando a ampliação da oferta de vagas e oportunidades de cursos profissionais, procurando estar em sintonia com as exigências do setor produtivo.

Segundo um dos agentes entrevistados do município de Campo Verde, houve uma intensa mobilização política da cidade e de lideranças estaduais no sentido de solicitar ao Ministério de Educação autorização para a instalação do Curso Superior de Tecnologia de Alimentos da EAFC-MT em área do perímetro urbano de Campo Verde.

As forças locais mobilizadas visavam, segundo o mesmo entrevistado, resolver os problemas de transporte de alunos em regime de não-residência, através do suporte de um núcleo urbano próximo, e transformar a EAFC-MT num centro de referência para um futuro centro universitário localizado em Campo Verde, voltado para as demandas da agropecuária moderna e tecnificada da região da Chapada do Sudeste Mato-Grossense.

O próprio diretor da EAFC-MT transferiu sua residência de Cuiabá para Campo Verde, para facilitar a integração da escola com a região da Chapada.

O problema da localização da escola, distante 43 Km do mais próximo núcleo urbano, parece ser um fator limitante para o aumento da efetivação das matrículas dos cursos profissionais em regime de não-residência ou semi-residência. Tal problema foi relatado pelo diretor da escola, por exemplo, para o curso técnico em informática, que até o momento da entrevista não tinha conseguido solucionar o problema de transporte da maioria dos alunos que conseguiram matricular-se.

Outro problema relaciona-se com a orientação geral da escola em termos do perfil da demanda de profissionais técnicos agrícolas. Embora demonstrando interesse numa relação com a EAFC-MT, os agentes entrevistados da região da Chapada do Sudeste Mato-Grossense indicam que nessa região há um crescimento pouco significativo da demanda por técnicos agrícolas, e que as poucas vagas existentes ainda são parcialmente ocupadas por técnicos oriundos da região Sul, mesma região de origem das empresas.

Por outro lado, a região da Baixada Cuiabana proporciona um maior potencial de demanda para técnicos agrícolas, dada a existência de pequenos agricultores numa área próxima de um grande centro consumidor, Cuiabá, cujo abastecimento de hortifrutigranjeiros é feito majoritariamente por produtos oriundos do Sudeste e Sul do país.

Esse potencial de demanda, no entanto, só poderá ser efetivado por uma política global para esses pequenos agricultores, que viabilize a ampliação das áreas irrigadas, assistência técnica e crédito rural para investimento em tecnologias para assegurar competitividade com os produtos importados pelo mercado de Cuiabá e compatibilidade com atividades não-agrícolas, como o

ecoturismo, e com a preservação ecológica, importante para algumas áreas da região.